

Diário Oficial



ANO LXXXVI - 128º DA REPÚBLICA

Teresina(PI) - Sexta-feira, 2 de junho de 2017 • Nº 103

LEIS E DECRETOS

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 2017

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

NOMEAR de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

JOSE NUNES DE OLIVEIRA JUNIOR, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade da Indústria, símbolo DAS-4, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, com efeitos a partir de 31 de Maio de 2017.

Of. 334337



O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e XIII, do art. 102, da Constituição Estadual, considerando o art. 104, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, o Decreto nº 15.299, de 12 de agosto de 2013, o Ofício GAB nº 0931/2017, da Secretaria de Estado da Saúde, datado de 27 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo AP.010.1.003451/17- 70,

RESOLVE de conformidade com o disposto no art. 104, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, combinado com o inciso III do art. 9º, art. 11 e art.13, do Decreto nº 15.299, de 12 de agosto de 2013, **AUTORIZAR** a PRORROGAÇÃO do afastamento do servidor **LUCAS VIEIRA MELO CRUZ DE SOUZA**, ocupante do cargo de Médico Plantonista, 24 horas semanais, matrícula 282162-1, Classe I, Padrão A, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI, com lotação no Hospital Regional de Campo Maior - Piauí, para realização de Programa de Residência Médica em Transplante de Córnea, do Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 06 de março de 2017 a 06 de março de 2018, sem ônus para a Administração Pública Estadual, com perda total da remuneração do cargo efetivo, da função comissionada ou do cargo em comissão, não acarretando qualquer despesa para a Administração Pública Estadual, tendo este ato efeito retroativo a data de 06 de março de 2017, devendo - se tomar as providências necessárias para o afastamento.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 01 de JUNHO de 2017.

GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

Of. 338



O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, considerando os termos do Parecer PGE/CJ Nº 297/2017 (CS-SEADPREV), de 20 de abril de 2017, da Procuradoria Geral do Estado, e contido no OF. GAB. SEADPREV. Nº. 1369/17, de 09 de maio de 2017, da Secretaria de Administração e Previdência, registrado sob o AP.010.1.00485417-42,

RESOLVE de conformidade com o disposto nos §§ 1º e 6º do art. 14, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **tornar sem efeito a nomeação** do candidato aprovado em concurso público, para o cargo efetivo de **Gestor Público**, do quadro de pessoal da Secretaria de Administração e Previdência, efetuada através do Decreto s/n, datado de 22 de março de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº 56, de 23 de março de 2017, conforme discriminação abaixo:

Cargo: A01 - Gestor Público

NÚMERO	NOME	DOCUMENTO	CLAS.
0000719f	FELIPE LEAL SOUZA	000000002293707	21

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 29 de MAIO de 2017.

GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA



O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

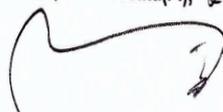
no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, e considerando o contido no OF. GAB. SEADPREV. Nº. 1369/17, de 09 de maio de 2017, da Secretaria de Administração e Previdência, registrado sob o AP.010.1.00485417-42,

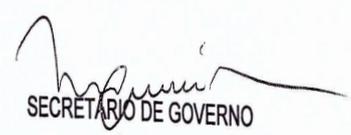
RESOLVE nomear, de conformidade com o disposto no inciso I do art. 10 e art. 11, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), combinado com a Lei Complementar nº 84, de 07 de maio de 2007, o candidato abaixo indicado, aprovado em concurso público, para exercer o cargo efetivo de **Gestor Público**, do quadro de pessoal da Secretaria de Administração e Previdência, de acordo com o resultado final homologado no Diário Oficial do Estado nº 80, de 02 de maio de 2014, e sua reclassificação, publicada no Diário Oficial do Estado nº 61, de 01 de abril de 2016.

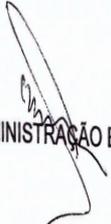
Cargo: A01 - Gestor Público

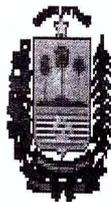
NÚMERO	NOME	DOCUMENTO	CLAS.
0000528	DELLANE MARILIA DE SOUZA LOPES	000000002004535	24

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 29 de MAIO de 2017.


GOVERNADOR DO ESTADO


SECRETÁRIO DE GOVERNO


SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA



DECRETO Nº 17.186 de 01 de JUNHO de 2017

Abre Crédito Suplementar no valor global de R\$ 860.000,00 em favor dos órgãos que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art. 7º, parágrafo único da Lei nº. 6.936, de 30 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria da Infraestrutura, Secretaria da Saúde, Secretaria do Turismo e Secretaria da Cultura, no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do disposto no artigo 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

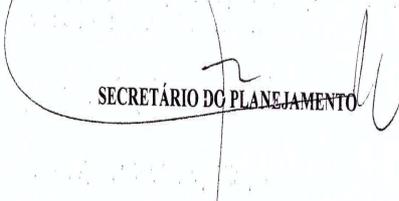
Art. 3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 01 de JUNHO de 2017


GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ


SECRETÁRIO DE GOVERNO


SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 2 de junho de 2017 • Nº 103

3

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 17.186 de 01 / 06 /2017 publicado no D.O.E. nº de / /2017.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
16101.15.451.0021.2314	APOIO AS PREFEITURAS E INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	FO	4.4.40.41	100	10121	150.000,00
17101.10.302.0003.1745	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES HOSPITALARES	SO	4.4.40.41	100	10008	150.000,00
17101.10.302.0003.1746	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E UNIDADES MOVEIS DE SAÚDE	SO	4.4.40.41	100	10006	200.000,00
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.90.39	100	10131	200.000,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	3.3.90.39	100	10026	100.000,00
51101.13.392.0014.2244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUIENSE	FO	3.3.90.39	100	10029	60.000,00
TOTAL						860.000,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 17.186 de 01 / 06 /2017 publicado no D.O.E. nº de / /2017.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	EMENDA	VALOR
16208.15.451.0021.1301	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO	FO	4.4.40.41	100	10003	150.000,00
16208.15.451.0021.1383	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM E TERRAPLANAGEM	FO	4.4.40.41	100	10004	150.000,00
17101.10.301.0003.1148	AÇÕES, PROCEDIMENTOS E PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIAS COM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR (ONGS, OCIPS E O.S.)	SO	3.3.50.41	100	10043	30.000,00
17101.10.302.0003.1745	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES HOSPITALARES	SO	3.3.40.41	100	10008	50.000,00
45101.04.122.0021.1054	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NOS MUNICÍPIOS	FO	4.4.40.41	100	10121	150.000,00
45101.26.782.0021.1061	IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO E REFORMA DE ESTRADA VICINAL NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES.	FO	4.4.50.41	100	10038	100.000,00
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.90.39	100	E0000	200.000,00
47101.23.695.0016.2324	FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O TURISMO / PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.90.39	100	10039	30.000,00
TOTAL						860.000,00

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA
DR COSTA ALVARENGA



PORTARIA INTERNA/LACEN Nº. 10/17,

EM 02 DE MAIO DE 2017.

ODIRETOR DO LABORATÓRIO CENTRAL DO PIAUÍ, no uso de suas prerrogativas,

CONSIDERANDO as determinações constantes do artigo 15, & 8º da Lei Nº 8.666/93, “o recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta lei para a modalidade convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.”

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria Interna Nº 16/05 de 30/09/15.**

Art. 2º - Instaurar Comissão Permanente de Recebimento de Material formada pelos seguintes membros:

Membro I – Fábio de Sousa Meneses / mat: 287754-6

Membro II – Joana Carolina Viana Lima / mat: 288260-4

Membro III – Gilmarques Lima Silva / mat: 208941-6

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, renovadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Dê – se ciência, publique-se e cumpra-se.

Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública do estado do Piauí, 02 de maio de 2017.

WALTERLENE DE CARVALHO GONÇALVES
Diretora do LACEN-PI

PORTARIA INTERNA/LACEN Nº 11/2017

EM 01 DE JUNHO DE 2017

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e os Decretos Estaduais nºs. 14.483/2011 e 15.093/2013, **ADIRETORADO LABORATÓRIO CENTRAL DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem, com fundamento previsto no inciso IV do artigo 109 da Constituição Estadual:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Fabiano Vieira da Silva CPF Nº 994.148.483-04, matrícula nº 8031231, para exercer a função de Fiscal do Contrato Nº08/2017, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato mencionado tendo como objeto fornecimento de testes para realização de exames destinados a Triagem Pré-Natal que tem como a empresa contratada Norde-lab Comércio e Representações Ltda-EPP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o contrário.

Art. 3º - Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Diretoria do Laboratório Central de saúde Pública do Estado do Piauí, em Teresina/PI, 01 de Junho de 2017.

WALTERLENE DE CARVALHO GONÇALVES
Diretora do LACEN-PI

Of. 241



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL DR. FRANCISCO AYRES CAVALCANTE

PORTARIA Nº 015/2017, DE 19 DE MAIO DE 2017

A **Diretora do Hospital Regional “Dr. Francisco Ayres Cavalcante”**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Estadual **CECÍLIA NUNES BARBOZA**, Matrícula nº 040581-7, para desempenhar a Função de COORDENADORA FINANCEIRA deste Hospital.

Ítalo Osires M. Martins Ibiapina Queiroz
DIRETOR GERAL DO HRA

Of. 054



ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

PORTARIA Nº 133, DE 11 MAIO DE 2017

O **Procurador Geral do Estado**, no uso das atribuições legais e as que lhe são conferidas pelo art. 6º da Lei Complementar nº 56, de 1º de novembro de 2005, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão do 15º Processo Seletivo de Estagiários desta Procuradoria Geral do Estado, composta pelos seguintes Procuradores do Estado:

José Carlos Bastos Silva Filho – Presidente

Anderson Vieira da Costa (Constitucional)

Francisco José da S Viana Filho (Trabalho)

Paulo Paulwok Maia de Carvalho (Administrativo)

Paulo Victor Alves Maneco (Civil)

Augusto César de Oliveira Simimbu (Processo Civil)

Carlos Henrique Mendes da Rocha (Administração)

Wagner Lima Ferreira (Informática)

Francisco Roberto Gomes de Abreu (Contabilidade)

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plínio Clerton Filho

Procurador Geral do Estado

Of. 814



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATOS DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

- PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1021/2017, de 29 de maio de 2017. Remover o servidor **Caio Danda Vasconcelos Santos**, Farmacêutico-Bioquímico, Matrícula nº 282910-0, do quadro de pessoal desta Secretaria de Estado da Saúde, lotado no Hospital Regional Deolindo Couto, no município de Oeiras/PI, para que o mesmo continue prestando seus serviços junto ao Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí - HEMOPI, no município de Picos/PI.
- PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1022/2017, de 29 de maio de 2017. Remover a servidora **Maria Lina do Nascimento Martins**, Enfermeira, Matrícula nº 242607-2, do quadro de pessoal desta Secretaria de Saúde, lotada no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí - HEMOPI, para que a mesma preste seus serviços junto ao Hospital Getúlio Vargas - HGV, na cidade de Teresina/PI.
- PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1023/2017, de 29 de maio de 2017. Lotar o servidor **Marcus Vinícius Siqueira de Azevedo**, Técnico de Apoio, Matrícula nº 272440-5, do quadro de pessoal desta Secretaria de Estado da Saúde, para que o mesmo preste seus serviços junto a Diretoria Executiva do Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE/SEDE, na cidade de Teresina/PI.
- PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1024/2017, de 29 de maio de 2017. Lotar a servidora **Rita Batista de Sousa Bandeira**, Matrícula nº 025261-1, Assistente Administrativo, do quadro de pessoal da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí - EMGERPI, cedida a esta SESAPI, para que a mesma preste seus serviços junto a Maternidade Dona Evangelina Rosa - MDER, com ônus para o órgão de origem, retroativo a 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2017.
- PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1025/2017, de 29 de maio de 2017. Lotar o servidor **Lourinaldo da Rocha Pita**, Matrícula nº 171473-2, Professor, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, a disposição desta SESAPI, para que o mesmo preste seus serviços junto ao Hospital Estadual José de Moura Fé, no município de Simplício Mendes/PI, com ônus para o órgão requisitante, retroativo a 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2017.
- PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1026/2017, de 29 de maio de 2017. Lotar os servidores do quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí - EMATER, à disposição desta SESAPI, com ônus para o órgão requisitante, retroativo a 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo especificados:

Nº	Nome	Matrícula	Cargo	Lotação
1	Antonio Ferreira Castelo Branco	022174-X	Ass. Administrativo	HEMOPI
2	Hortênsia Maria Soares Rocha	022827-3	Extens. Rural I	HEMOPI
3	Lúcia Maria Gomes Marques	022597-5	Extens. Rural I	HEMOPI
4	Luiz Antonio Lemos Soares	022686-6	Extens. Rural II	HEMOPI
5	Maria do Carmo Sousa A. Alves	022680-7	Ass. Administrativo	HEMOPI
6	Simone Vieira C. Guimarães	022823-X	Ag. Administrativo	MDER

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 29 de maio de 2017.

FLORENTINO ALVES VERAS NETO
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1532

PORTARIA SESAPI/GAB. N.º 1000/2017

TERESINA(PI), 24 de Maio de 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO Decreto Estadual Decreto Nº 13.860 de 22/09/2009, Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01/2009;

CONSIDERANDO, Relatório CGE Nº 06/2016, de Acompanhamento dos convênios de despesa com vigência encerrada, firmados entre o Governo do Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e Prefeituras ou Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, que recomenda os procedimentos necessários para instauração da Tomada de Contas Especial, fls. 03 a 19 do processo administrativo AA.900.1.010671/16-50;

CONSIDERANDO Instrução Normativa CGE Nº 01/2015 que Disciplina a instauração, a organização e o processamento de Tomada de Contas Especial e do Procedimento Administrativo Simplificado de Cobrança no âmbito do Poder Executivo do Estado do Piauí, em observância às normas do Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelece seus artigos 10, 12, 15, 16 e 17, da citada Instrução CGE.

RESOLVE:

1. **INSTAURAR** o processo de Tomada de Contas Especial dos Convênios nº 104/14 e 120/14 do Conveniente: Cooperativa de Produção e B. Ind. Com e Prest. de Serviços Sempre Verde e Convênio nº 306/09 do Conveniente: Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis do Piauí.
2. Designar para procedê-la, no prazo de 180 dias, os servidores:
- **Ostiano Guimarães Rocha Neto** – Presidente;
- **Antônio Barbosa Leal Sobrinho** – Secretário;
- **Alberto Fonseca Barros** – Membro;
3. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.
4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Teresina (PI), 16 de Maio de 2017.

Atenciosamente

FLORENTINO ALVES VERAS NETO
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1490

PORTARIA SESAPI/GAB Nº 1054/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE

Art. 1º. Revogar a portaria GAB nº 193/2015. De 28 de janeiro de 2015;

Art. 2º. Desguiar com base no art. 51, da Lei 8.666/93 os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde, pelo período de 01(um) ano; que terá a seguinte composição.

LAILSON SOARES GUEDES RODRIGUES – Presidente, Matrícula nº 287.988-3

ELIANE CARDOSO DE ARAÚJO – Secretária, Matrícula nº 213.657-1

MARIA DAS GRAÇAS RUFINO – Membro, Matrícula nº 036.713-3

ROSÂNGELA MARIA ALENCAR CARVALHO – Membro, Matrícula nº 0003767-2

Art. 4 – O Presidente da comissão será substituído em eventuais ausências pela servidora designada Secretária

Art. 4. Esta portaria entra em vigor na data, de sua Assinatura. **Gabinete do Secretário de Estado da saúde do Piauí, em Teresina-PI, 31 de Maio 2017.**

FLORENTINO ALVES VERAS NETO
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1568



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA GSF Nº 139/2017

Teresina (PI), 01 de JUNHO de 2017.

Dispõe sobre a dispensa do pagamento das taxas de renovação e licenciamento anual de veículos automotores, junto ao DETRAN-PI, nas hipóteses de furto ou roubo.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 4.254, de 27 de dezembro de 1988;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos para dispor sobre a dispensa do pagamento das taxas de renovação e licenciamento anual de veículos automotores, nos casos de privação do exercício do direito de propriedade em razão de furto ou roubo,

RESOLVE:

Art. 1º Nos casos em que, comprovadamente, ocorra a privação do exercício do direito de propriedade de veículo automotor em decorrência de furto ou roubo, fica reconhecido o direito à dispensa do pagamento das taxas de renovação e licenciamento anual, junto ao DETRAN-PI, observado o seguinte:

I - se as taxas do exercício em que ocorreu o furto ou roubo do veículo já houverem sido integralmente pagas, não caberá direito a restituição, uma vez que já houve a prestação do serviço;

II - caso o furto ou roubo do veículo tenha ocorrido antes do prazo previsto para recolhimento das taxas referentes ao veículo, no respectivo exercício, e estas ainda não tenham sido pagas, caberá a dispensa do pagamento, desde que não haja o restabelecimento da propriedade naquele ano;

III - caso o furto ou roubo do veículo tenha ocorrido após o prazo previsto para recolhimento das taxas referentes ao veículo no ano, e estas ainda não tenham sido integralmente pagas, caberá a dispensa do pagamento, desde que não haja o restabelecimento da propriedade naquele ano;

IV - em eventual restabelecimento da propriedade, em ano diverso do que se deu o furto ou roubo, caberá a dispensa do pagamento das taxas referente aos anos nos quais o contribuinte ficou privado do exercício do direito de propriedade e da utilização do veículo, não computando-se os anos: da ocorrência do furto ou roubo do veículo, no caso do inciso I, e o do restabelecimento da propriedade.

Art. 2º Para fins de reconhecimento do direito à dispensa do pagamento das taxas de renovação e licenciamento anual é imprescindível a demonstração, por meio de documento hábil, da efetiva ocorrência do furto ou roubo e, se for o caso, de eventual restabelecimento do exercício do direito de propriedade e da utilização do veículo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 01 de JUNHO de 2017.

RAFAEL TAJRA FONTELES
Secretário da Fazenda

Of. 056

PORTARIA GSF Nº 137 / 2017 Teresina, 31 de maio de 2017.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor ANTÔNIO EMANUEL RIBEIRO DA SILVA, Técnico da Fazenda Estadual, Mat. 167.003-4, da função de Supervisor IV, de Posto Fiscal Nível "A", Símbolo DAI-7, da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito – GTRAN, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – UNITRAN, retroagindo efeitos a 20/02/2017.

Cientifique-se, Cumpra-se, Publique-se.

Rafael Tajra Fonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Of. 219



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

PORTARIA Nº 072/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 280/2013.

RESOLVE:

CONCEDER a Drª **PAULA BATISTA DA SILVA**, Defensora Pública em atuação na 6ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais, férias regulamentares referentes ao período aquisitivo de 2014 a serem usufruídas no interregno temporal compreendido entre 02 de junho a 01 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 12 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade

Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 073/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **GINUZZA ALEXANDRIA DULCETTI** para substituir a Dra. Paula Batista da Silva na 6ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais, pelo período compreendido entre 02 de junho a 01 de julho, em razão de férias regulamentares.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 12 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade

Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 074/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 164/2014.

RESOLVE:

DESIGNAR o Defensor Público Dr. **DANIEL GAZI FABRIS** para substituir o Dr. Marcos Martins de Oliveira no Núcleo da Mulher em Situação de Violência da Comarca de Floriano, pelo período compreendido entre 29 de maio a 06 de junho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 16 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade

Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 075/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR o Defensor Público Dr. **ARMANO CARVALHO BARBOSA** para substituir a Dra. Verônica Acioly de Vasconcelos na 2ª Defensoria Pública da Mulher em Situação de Violência, no dia 16 de junho do corrente ano, em razão de folga compensatória por plantão efetivamente realizado.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 23 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 076/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR o Defensor Público Dr. **GERIMAR DE BRITO VIEIRA** para substituir na 3ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais pelo interregno temporal compreendido entre 02 de junho a 01 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 23 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 077/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **NATÁLIA E SILVA DE ALMENDRA FREITAS** para substituir na 3ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais no dia 16 de junho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 23 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 078/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **IRANIALBUQUERQUE BRITO** para substituir a Dra. Natália e Silva de Almendra Freitas na 5ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais nos dias 08 e 09 de junho do corrente ano, em razão de folga compensatória por plantão efetivamente realizado.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 24 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 079/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 280/2013.

RESOLVE:

CONCEDER a Drª **LIA MEDEIROS DO CARMO IVO**, Defensora Pública Titular da 1ª Defensoria Pública da Mulher em Situação de Violência, férias regulamentares referentes ao período aquisitivo de 2017 a serem usufruídas no interregno temporal compreendido entre 03 a 22 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 25 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 080/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 281/2013.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **VERÔNICA ACIOLY DE VASCONCELOS** para substituir a Dra. Lia Medeiros do Carmo Ivo na 1ª Defensoria Pública da Mulher em Situação de Violência, pelo período que estará em gozo de férias, compreendido entre 03 a 22 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 25 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados



DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

PORTARIA Nº 081/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 280/2013.

RESOLVE:

CONCEDER a Dr^a **VERÔNICA ACIOLY DE VASCONCELOS**, Defensora Pública Titular da 2ª Defensoria Pública da Mulher em Situação de Violência, férias regulamentares referentes ao período aquisitivo de 2016 a serem usufruídas no interregno temporal compreendido entre 24 de julho a 07 de agosto do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 25 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 082/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 281/2013.

RESOLVE:

DESIGNAR o Defensor Público Dr. **ARMANO CARVALHO BARBOSA** para substituir a Dra. Verônica Acioly de Vasconcelos na 2ª Defensoria Pública da Mulher em Situação de Violência, pelo período que estará em gozo de férias, compreendido entre 24 de julho a 07 de agosto do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 25 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 83/2017 – DNE

O DIRETOR dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 172/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **CARLA SAMARAMARTINS FERNANDES** para atuar junto à 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, no dia 26 de maio do corrente ano, em conformidade com os termos da Portaria GDFG nº 172/2016.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 25 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 084/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 280/2013.

RESOLVE:

CONCEDER a Dr^a **GINUZZA ALEXANDRIA DULCETTI**, Defensora Pública Titular da 4ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais, férias

regulamentares referentes ao período aquisitivo de 2016 a serem usufruídas no interregno temporal compreendido entre 26 de junho a 05 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 26 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 085/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR o Defensor Público Dr. **HUMBERTO BRITO RODRIGUES** para substituir a Dra. Ginuzza Alexandria Dulcetti na 4ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais, pelo período compreendido entre 26 de junho a 02 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 26 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 086/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **NATÁLIA E SILVA DE ALMENDRA FREITAS** para substituir a Dra. Ginuzza Alexandria Dulcetti na 4ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais, nos dias 03, 04 e 05 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 26 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 087/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDFG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **LUDMILLA MARIA REIS PAES LANDIM MOREIRA REGO** para substituir a Dra. Paula Batista da Silva na 6ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais, pelo período compreendido entre 26 de junho a 01 de julho do corrente ano.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIADOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 26 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 088/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDEPG nº 280/2013.

RESOLVE:

CONCEDER a Dr^a **SARAH VIEIRA MIRANDALAGES CAVALCANTI**, Defensora Pública Titular da 2ª Defensoria Pública do Idoso, férias regulamentares referentes ao período aquisitivo de 2015 a serem usufruídas em 02 (duas) etapas distintas:

- 1ª etapa: 21.07.2017 a 04.08.2017;
- 2ª etapa: 23.11.2017 a 07.12.2017.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 26 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 089/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDEPG nº 68/2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública Dra. **SARA MARIA ARAÚJO MELO** para substituir a Dra. Sarah Vieira Miranda Lages Cavalcanti na 2ª Defensoria Pública do Idoso, pelo período que estará de férias, fracionada em 02 (duas) etapas:

- 1ª etapa: 21.07.2017 a 04.08.2017;
- 2ª etapa: 23.11.2017 a 07.12.2017.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 26 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

PORTARIA Nº 090/2017 – DNE

A DIRETORA dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII c/c art. 36, VII, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005 e Portaria GDEPG nº 281/2013.

RESOLVE:

DESIGNAR o Defensor Público Dr. **ALESSANDRO ANDRADE SPÍNDOLA** para substituir a Dra. Ângela Martins Soares Barros na 3ª Defensoria Pública do Consumidor no dia 16 de junho do corrente ano, em razão de folga compensatória por plantão efetivamente realizado.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DIRETORIA DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, Teresina, 31 de maio de 2017.

Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade
Defensora Diretora dos Núcleos Especializados

Of. 010



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
GABINETE DA REITORIA



PORTARIA PRAD Nº 489/17, de 30 de maio de 2017.

O Pró – Reitor Interino de Administração e Recursos Humanos da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, fundamentado na determinação constante da Portaria GR/UESPI/Nº 0747/2016 de 06 de Outubro de 2016, Portaria GR/UESPI Nº 0011/2016 de 05 de Janeiro de 2016 e Portaria GR/UESPI Nº 0380/2016 de 15 de Junho de 2016, Regimento Geral da UESPI.

RESOLVE: I - Designar a Professora ROSEMARY CORDEIRO TORRES BRITO, matrícula nº 101739-0, para acompanhar, fiscalizar e emitir relatórios relativos à execução do Contrato nº 009/2017, celebrado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a Empresa Comercial Equip Ltda.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

Professor RAIMUNDO ISIDIO DE SOUSA.

Pró – Reitor Interino da Administração e Recursos Humanos – PRAD.

PORTARIA PRAD Nº 486/17, de 30 de maio de 2017.

O Pró – Reitor Interino de Administração e Recursos Humanos da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, fundamentado na determinação constante da Portaria GR/UESPI/Nº 0747/2016 de 06 de Outubro de 2016, Portaria GR/UESPI Nº 0011/2016 de 05 de Janeiro de 2016 e Portaria GR/UESPI Nº 0380/2016 de 15 de Junho de 2016, Regimento Geral da UESPI.

RESOLVE: I - Designar a Professora ROSEMARY CORDEIRO TORRES BRITO, matrícula nº 101739-0, para acompanhar, fiscalizar e emitir relatórios relativos à execução do Contrato nº 010/2017, celebrado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a Empresa Gráfica Piauí Indústria de Formulários Contínuos Ltda.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

Professor RAIMUNDO ISIDIO DE SOUSA.

Pró – Reitor Interino da Administração e Recursos Humanos – PRAD.

PORTARIA PRAD Nº 487/17, de 30 de maio de 2017.

O Pró – Reitor Interino de Administração e Recursos Humanos da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, fundamentado na determinação constante da Portaria GR/UESPI/Nº 0747/2016 de 06 de Outubro de 2016, Portaria GR/UESPI Nº 0011/2016 de 05 de Janeiro de 2016 e Portaria GR/UESPI Nº 0380/2016 de 15 de Junho de 2016, Regimento Geral da UESPI.

RESOLVE: I - Designar a Professora ROSEMARY CORDEIRO TORRES BRITO, matrícula nº 101739-0, para acompanhar, fiscalizar e emitir relatórios relativos à execução do Contrato nº 011/2017, celebrado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a Empresa Odimilson Alves Pereira.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

Professor RAIMUNDO ISIDIO DE SOUSA.

Pró – Reitor Interino da Administração e Recursos Humanos – PRAD.

PORTARIA PRAD Nº 485/17, de 30 de maio de 2017.

O Pró – Reitor Interino de Administração e Recursos Humanos da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, fundamentado na determinação constante da Portaria GR/UESPI/Nº 0747/2016 de 06 de Outubro de 2016, Portaria GR/UESPI Nº 0011/2016 de 05 de Janeiro de 2016 e Portaria GR/UESPI Nº 0380/2016 de 15 de Junho de 2016, Regimento Geral da UESPI.

RESOLVE: I - Designar a Professora ROSEMARY CORDEIRO TORRES BRITO, matrícula nº 101739-0, para acompanhar, fiscalizar e emitir relatórios relativos à execução do Contrato nº 012/2017, celebrado entre a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e a Empresa Vision Gráfica Ltda – ME.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

Professor RAIMUNDO ISIDIO DE SOUSA.

Pró – Reitor Interino da Administração e Recursos Humanos – PRAD.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15795/2016.

ATO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0055/2016.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI.

CONTRATADA: EMPRESA ERICA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: Inclusão, na Cláusula Décima Segunda, da FONTE DE RECURSO: 00 – Tesouro Estadual, perfazendo, assim, as duas fontes de recursos para consecução do contrato nº 055/2016.

CLAUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO Nº 055/2016: Ficam recepcionadas por este termo todas as cláusulas ajustadas no contrato original. **DATA DA ASSINATURA:** 30/05/2017. **SIGNATÁRIOS:** NOUGA CARDOSO BATISTA e ALCIDES DE ALENCAR FREITAS JÚNIOR.

INFORMAÇÕES: PRAD/FUESPI.

Of. 386



LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA
DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E LAZER



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº.04/2017

Tendo em vista decisão proferida pela Comissão de Licitação, designada através da Portaria nº 007/2017, HOMOLOGO, nesta data, a referida decisão constante da ata anexa considerando vencedor da licitação, objeto do processo licitatório TOMADA DE PREÇOS Nº.04/2017, a licitante BM ENGENHARIA LTDA, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ 229.496,14 (Duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais, catorze centavos).
Teresina, 01 de Junho de 2017.

SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAÚJO
Coordenadora Estadual de Desenvolvimento Social e Lazer

TERMO DE ADJUCAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº.04/2017

Através do presente Termo, fica adjudicado a empresa BM ENGENHARIA LTDA, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ 229.496,14 (Duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais, catorze centavos), objeto do processo de licitação Tomada de Preços Nº.04/2017, consoante ata de abertura, habilitação e julgamento.
Teresina, 01 de Junho de 2017.

SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAÚJO
Coordenadora Estadual de Desenvolvimento Social e Lazer

Of. 192

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS Nº.06/2017

1-OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de 1,4 km de Pavimentação em Paralelepípedo em vias públicas no Município de Simões/PI.

Aos 23 dias do mês de maio de 2017, reuniram-se a Comissão de Licitação desta CDSOL, para julgar os recursos apresentados pelas empresas PRO ENGENHARIA e NOVO MILENIO, que questionaram o julgamento de habilitação da Comissão de Licitação, quanto à inabilitação da empresa PRO ENGENHARIA e a habilitação da empresa BS CONSTRUÇÕES.

A empresa BS CONSTRUÇÕES apresentou contrarrazões no sentido de se manter habilitada no processo licitatório.

A comissão, após análise dos recursos, conforme decisões de recurso decidiu manter a empresa PRO ENGENHARIA inabilitada na Tomada de Preços nº 06/2017, por não ter cumprido o exigido no edital e manter a empresa BS CONSTRUÇÕES habilitada no procedimento licitatório por ter cumprido todas as exigências do edital.

As decisões dos Recursos foram encaminhadas à Senhora Simone Pereira de Farias Araújo, Coordenadora desta CDSOL, autoridade superior, para a apreciação e decisão que ratificou a decisão proferida pela Comissão de Licitação.

Restando habilitadas no processo licitatório e aptas a apresentar propostas de preços as empresas BS CONSTRUÇÕES e NOVO MILENIO.

Os envelopes das propostas serão abertos no dia 06 de junho de 2017, na sala de licitações desta CDSOL.

Teresina, 26 de Maio de 2017.

Lívio Barros Moura
Presidente da Comissão de Licitação
Caroline Lacerda Marques
Membro da Comissão de Licitação
Maria Bernadete Barbosa Cury
Membro da Comissão de Licitação

Of. 189



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2015 – SEDEC/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0378/2017 – SEDEC/PI.
FUNDAMENTO: ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93,
CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO Nº 009/2015 – SEDEC/PI,
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0378/2017 – SEDEC/PI.

CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL – SEDEC/PI.

CONTRATADA: FATOR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (CNPJ: N.º 10.476.972/0001-00).

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

SIGNATÁRIOS: HELIO ISAIAS DA SILVA PELA CONTRATANTE E ANTÔNIO SOARES BRANDÃO FILHO DA CONTRATADA.

TERESINA, 10 DE ABRIL DE 2017.

PUBLICA-SE
HELIO ISAIAS DA SILVA
SECRETÁRIO ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 259/2014 – SEDEC/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0485/2017 – SEDEC/PI.
FUNDAMENTO: ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93,
CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO Nº 259/2014 – SEDEC/PI,
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0485/2017 – SEDEC/PI.

CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL – SEDEC/PI.

CONTRATADA: LOGUS COPIADORA, DIGITALIZAÇÃO E SISTEMAS LTDA (CNPJ: N.º 14.926.785/0001-32).

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

SIGNATÁRIOS: HELIO ISAIAS DA SILVA PELA CONTRATANTE E JOSE BEZERRA VERAS JÚNIOR DA CONTRATADA.

TERESINA, 10 DE ABRIL DE 2017.

PUBLICA-SE
HELIO ISAIAS DA SILVA
SECRETÁRIO ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

Of. 255



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA
DR COSTA ALVARENGA



EXTRATO DO CONTRATO 08/2017-LACEN-PI

Processo administrativo nº 046/2017- LACEN/PI
Pregão na forma eletrônica nº 12/2015-SLC/DL/SEADPREV/PI
Liberação nº 0160/2017-DL/SEADPREV/PI-AA.002.1.006441/17
Fundamento lei 8.666, bem como a lei 10.520,17/07/2002 e demais normas pertinentes.

Contratante: Laboratório Central de Saúde Pública “Dr. Costa Alvarenga” – LACEN/PI

CNPJ: 06.553.564/0101-09

Contratado: Nordelab Comércio e Representações Ltda-EPP

CNPJ: 04.040.450/0001-69

Objeto: Para fornecimento reagentes destinados a triagem pré-Natal com equipamento em regime de comodato

Prazo da vigência: 06(Seis) meses.

Prazo da execução: 06 (Seis) meses.

Data da assinatura: 18 de Maio de 2017

Valor total R\$ 523.027,20(Quinhentos e Vinte e três mil e vinte e sete reais e vinte centavos)

Ação orçamentária: 2213

Natureza de despesa: 339030

Fonte de recurso: 113000000-SUS

Signatários do Contrato: Contratante: Walterlene de Carvalho Gonçalves (Diretora do LACEN-PI); Contratada: Norde-lab Comércio e Representações Ltda-EPP (Sérgio Dantas de Medeiros)

Of. 241



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA

AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA - HENM, por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica e torna público aos interessados que realizará o **Pregão Presencial nº 006/2017**, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de combustível para o Hospital Estadual Norberto Moura, no dia 14 de junho de 2017, às 08:00 horas. Fonte de Recurso: Tesouro Estadual. Maiores informações no setor de licitações (CPL) do HENM, situado na Avenida Benício Alves da Silva, 577, Centro, Ce: 64.325-000, Elesbão Veloso - PI, no horário de 08:00 às 12:00 horas. E-mail: hopelesbaoveloso@hotmail.com. Telefone: (86) 3285-1133.

Elesbão Veloso - PI, 02 de junho de 2017.

Maria Isabel Soares Cavalcante
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA - HENM, por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica e torna público aos interessados que realizará o **Pregão Presencial nº 007/2017**, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis para atender a demanda do Hospital Estadual Norberto Moura, no dia 14 de junho de 2017, às 09:30 horas. Fonte de Recurso: Tesouro Estadual. Maiores informações no setor de licitações (CPL) do HENM, situado na Avenida Benício Alves da Silva, 577, Centro, Ce: 64.325-000, Elesbão Veloso - PI, no horário de 08:00 às 12:00 horas. E-mail: hopelesbaoveloso@hotmail.com. Telefone: (86) 3285-1133.

Elesbão Veloso - PI, 02 de junho de 2017.

Maria Isabel Soares Cavalcante
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA - HENM, por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica e torna público aos interessados que realizará o **Pregão Presencial nº 008/2017**, que tem como objeto a Contratação de empresa (oficina mecânica) para conserto de ambulância do Hospital Estadual Norberto Moura, no dia 14 de junho de 2017, às 11:00 horas. Fonte de Recurso: Tesouro Estadual. Maiores informações no setor de licitações (CPL) do HENM, situado na Avenida Benício Alves da Silva, 577, Centro, Ce: 64.325-000, Elesbão Veloso - PI, no horário de 08:00 às 12:00 horas. E-mail: hopelesbaoveloso@hotmail.com. Telefone: (86) 3285-1133.

Elesbão Veloso - PI, 02 de junho de 2017.

Maria Isabel Soares Cavalcante
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA - HENM, por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica e torna público aos interessados que realizará o **Pregão Presencial nº 009/2017**, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis, polpas, laticínios e hortifrúts para atender a demanda do Hospital Estadual Norberto Moura, no dia 14 de junho de 2017, às 12:30 horas. Fonte de Recurso: Tesouro Estadual. Maiores informações no setor de licitações (CPL) do HENM, situado na Avenida Benício Alves da Silva, 577, Centro, Ce: 64.325-000, Elesbão Veloso - PI, no horário de 08:00 às 12:00 horas. E-mail: hopelesbaoveloso@hotmail.com. Telefone: (86) 3285-1133.

Elesbão Veloso - PI, 02 de junho de 2017.

Maria Isabel Soares Cavalcante
Pregoeira

Of. 021



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2017

Processo Administrativo nº 006/2017

Objeto: Aquisição de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Material de Expediente, Suprimentos de Informática, Enxoval, Descartáveis, Material Gráfico e Material de Construção

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, HOMOLOGO o resultado da licitação Pregão Presencial nº 003/2017, cujo objeto é a Aquisição de Material de Limpeza, Material de Copa e Cozinha, Material de Expediente, Suprimentos de Informática, Enxoval, Descartáveis, Material Gráfico e Material de Construção, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Material de Limpeza	DIPALIMP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E MEDICAMENTOS LTDA EPP	308.018,28
II - Material de Copa e Cozinha	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
III - Materiais Descartáveis	MARIA ELENA DA SILVA - SUPERMERCADO SÃO JOSÉ	54.183,60
IV - Material de Expediente	RABELO JÚNIOR & SOUSA RABELO LTDA - ME	20.668,77
Lote V - Suprimentos de Informática	NOGUEIRA & ALENCAR LTDA ME	134.660,88
Lote VI - Enxoval	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
Lote VII - Material Gráfico	FRANCISCA MARIA DOS SANTOS GOMES - ME	88.532,54
Lote VIII - Material de Construção	CONSTRUFÁCIL LTDA	65.981,54

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

Oeiras-PI, 24 de maio de 2017.

Alípio Sady Ibiapina Milério
Diretor-Geral do HRDC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 004/2017

Processo Administrativo nº 007/2017

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Ar Condicionado

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, HOMOLOGO o resultado da licitação Pregão Presencial nº 004/2017, cujo objeto é a Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Ar Condicionado, à empresa FABRICIO G. BRANDAO ME - CASA DO ELETRICISTA, com preço final de R\$ 92.464,00 (noventa e dois mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

Oeiras-PI, 03 de maio de 2017.

Alípio Sady Ibiapina Milério
Diretor-Geral do HRDC



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 005/2017

Processo Administrativo nº 008/2017

Objeto: Aquisição Gêneros Alimentícios Perecíveis, Gêneros Alimentícios não Perecíveis, Frutas e Verduras e Produtos de Padaria

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 005/2017**, cujo objeto é a **Aquisição Gêneros Alimentícios Perecíveis, Gêneros Alimentícios não Perecíveis, Frutas e Verduras e Produtos de Padaria**, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Gêneros Alimentícios Perecíveis	JOSÉ ROBERTO TAJRA REIS - FRIGOTIL	183.878,12
II - Gêneros Alimentícios não Perecíveis	DIPALIMP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E MEDICAMENTOS LTDA EPP	417.607,89
III - Frutas e Verduras	FRANCISCO DEOLINDO DE SOUZA 10708474888	113.520,00
IV - Produtos de Padaria	ANTÔNIO F. C. MARIANO - PANIFICADORA SÃO FRANCISCO	45.600,00

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

Oeiras-PI, 03 de maio de 2017.

Alípio Sady Ibiapina Milério
Diretor-Geral do HRDC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 006/2017

Processo Administrativo nº 009/2017

Objeto: Aquisição de Combustíveis, Lubrificantes, Pneus, Gás de Cozinha e Oxigênio

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 006/2017**, cujo objeto é a **Aquisição de Combustíveis, Lubrificantes, Pneus, Gás de Cozinha e Oxigênio**, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Combustíveis	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
II - Lubrificantes	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
III - Pneus	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
IV - Gás de Cozinha	CLÁUDIO A. MENDES CAMPOS ME - MERCAMPOS	21.000,00
V - Oxigênio	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	470.484,00

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

Oeiras-PI, 03 de maio de 2017.

Alípio Sady Ibiapina Milério
Diretor-Geral do HRDC

Of. 074



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL EUSTAQUIO PORTELA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 002/2017

Processo Administrativo nº 002/2017

Objeto: Aquisição de Oxigênio, Mamômetro e Materiais para Oxigênio

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 002/2017**, cujo objeto é a **Aquisição de Oxigênio, Mamômetro e Materiais para Oxigênio**, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Oxigênio	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	50.371,20
II - Mamômetro e Materiais para Oxigênio	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	774,00

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

Valença do Piauí-PI, 20 de abril de 2017.

Lucília Maria Dantas Marreiros
Diretora Geral

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2017

Processo Administrativo nº 003/2017

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios não Perecíveis, Polpas de Frutas, Frutas, Legumes e Verduras e Produtos de Padaria.

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 003/2017**, cujo objeto é a **Aquisição de Gêneros Alimentícios não Perecíveis, Polpas de Frutas, Frutas, Legumes e Verduras e Produtos de Padaria**, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Gêneros Alimentícios não Perecíveis	DIPALIMP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E MEDICAMENTOS LTDA EPP	354.513,25
II - Frutas, Legumes e Verduras	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
III - Polpas de Frutas	J. ALBINO M COELHO ME	14.490,00
IV - Produtos de Padaria	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

Valença do Piauí-PI, 20 de abril de 2017.

Lucília Maria Dantas Marreiros
Diretora Geral

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 004/2017

Processo Administrativo nº 004/2017

Objeto: Aquisição de Combustíveis, Lubrificantes e Gás de Cozinha

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, HOMOLOGO o resultado da licitação Pregão Presencial nº 004/2017, cujo objeto é a Aquisição de Combustíveis, Lubrificantes e Gás de Cozinha, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Combustíveis	JOSÉ MARIA DE SOUSA & CIA LTDA EPP	87.937,20
II - Lubrificantes	JOSÉ MARIA DE SOUSA & CIA LTDA EPP	3.800,00
IV - Gás de Cozinha	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

Valença do Piauí-PI, 20 de abril de 2017.

Lucília Maria Dantas Marreiros
Diretora Geral
Of. 129



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2014-DUCARA/SESAPI

O Estado do Piauí por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, através da COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL (DUCARA/SESAPI), instituída pela Portaria SESAPI/GAB nº 348/2014 de 13 de Março de 2014, torna público o **RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO**, participante do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, para prestação de serviços ambulatoriais do **TR1 - APOIO DIAGNÓSTICO EM PATOLOGIA CLÍNICA, CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA**, para usuários do Sistema Único de Saúde-SUS. De acordo com o relatório emitido pela Comissão instituída através da Portaria nº 348/2014-GAB/SESAPI, de 17/03/2014, a qual declara que está **HABILITADA**, por apresentar toda a documentação exigida no edital, a seguinte entidade: 1) **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS ESPECIALIZADAS - LACLE**, pessoa jurídica de direito privado, CNES 2324091, com sede à Rua Cel. Anibal Martins, 585 no Município de Valença, Estado do Piauí, CEP 64.300-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.565.371/0001-83, **INFORMAÇÕES:** DUCARA/SESAPI, Fone: (86) 3216-3618, E-mail: rosaducara@hotmail.com

Teresina, 22 de maio de 2017

ANA MARIA MENEZES NEIVA EULÁLIO AMORIM
Diretor da Unidade de Controle,
Avaliação, Regulação e Auditoria - DUCARA

RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 01 e 03/2014-DUCARA/SESAPI

O Estado do Piauí por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, através da COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL (DUCARA/SESAPI), instituída pela Portaria SESAPI/GAB nº 348/2014 de 13 de Março de 2014, torna público o **RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO**, participante do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014**, **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2014**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, para prestação de serviços ambulatoriais de **APOIO DIAGNÓSTICO EM: PATOLOGIA CLÍNICA e FISIOTERAPIA** para usuários do Sistema Único de Saúde-SUS. De acordo com o relatório emitido pela Comissão instituída através da Portaria nº 348/2014-GAB/SESAPI, de 17/03/2014, a qual declara que está **HABILITADA**, por apresentar toda a documentação exigida no edital, a seguinte entidade: 1) **CLÍNICA DR. BRAZ LTDA-MÊ (FISIO LAB)** pessoa jurídica de direito privado, CNES nº 5687349, com sede na Rua José Candido Gayoso, nº 276, Centro, JOSE DE FREITAS, CEP: 64.110-000, inscrita no CNPJ: 20.735.847/0001-21 **INFORMAÇÕES:** DUCARA/SESAPI, Fone: (86) 3216-3618, E-mail: rosaducara@hotmail.com

Teresina, 22 de Maio de 2017

ANA MARIA MENEZES NEIVA EULÁLIO AMORIM
Diretor da Unidade de Controle,
Avaliação, Regulação e Auditoria - DUCARA

RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2014-DUCARA/SESAPI

O Estado do Piauí por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, através da COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL (DUCARA/SESAPI), instituída pela Portaria SESAPI/GAB nº 348/2014 de 13 de Março de 2014, torna público o **RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO**, participante do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, para prestação de serviços ambulatoriais de **APOIO DIAGNÓSTICO EM: PATOLOGIA CLÍNICA, CITOPATOLOGIA** para usuários do Sistema Único de Saúde-SUS. De acordo com o relatório emitido pela Comissão instituída através da Portaria nº 348/2014-GAB/SESAPI, de 17/03/2014, a qual declara que está **HABILITADA**, por apresentar toda a documentação exigida no edital, a seguinte entidade: 1) **CLÍNICA E. SAORES DE SOUSA LTDA - CITOLAB** pessoa jurídica de direito privado, CNES 3542564, com sede à Rua Zacarias de Góes, 235 Centro Oeiras - PI CEP: 64.500-000, inscrita no CNPJ: 01.875.943/0001-20. **INFORMAÇÕES:** DUCARA/SESAPI, Fone: (86) 3216-3618, E-mail: rosaducara@hotmail.com

Teresina, 04 de Abril de 2017

ANA MARIA MENEZES NEIVA EULÁLIO AMORIM
Diretor da Unidade de Controle,
Avaliação, Regulação e Auditoria - DUCARA

RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO - DUCARA/SESAPI

O Estado do Piauí por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, através da COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL (DUCARA/SESAPI), instituída pela Portaria SESAPI/GAB nº 348/2014 de 13 de Março de 2014, torna público o **RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO**, participante do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, para prestação de serviços ambulatoriais de **APOIO DIAGNÓSTICO EM: PATOLOGIA CLÍNICA**, para usuários do Sistema Único de Saúde SUS. De acordo com o relatório emitido pela Comissão instituída através da Portaria nº 348/2014-GAB/SESAPI, de 17/03/2014, a qual declara que está **HABILITADA**, por apresentar toda a documentação exigida no edital, a seguinte entidade: 1) **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS - LAC - 3511995**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 04.530.725/0001-42 localizada na Rua Antonio Lopes, Nº 389, Bairro Centro - Simões - PI, fone (89) 3456 - 1217, CEP 64.585-000. **INFORMAÇÕES:** DUCARA/SESAPI, Fone: (86) 3216-3618 E-mail: rosaducara@hotmail.com

Teresina, 24 de Maio de 2017

ANA MARIA MENEZES NEIVA EULÁLIO AMORIM
Diretor da Unidade de Controle,
Avaliação, Regulação e Auditoria - DUCARA



RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2014-DUCARA/SESAPI

O Estado do Piauí por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, através da COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL (DUCARA/SESAPI), instituída pela Portaria SESAPI/GAB nº 348/2014 de 13 de Março de 2014, torna público o **RESULTADO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO**, participante do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, para prestação de serviços ambulatoriais do **TR1 - APOIO DIAGNÓSTICO EM PATOLOGIA CLÍNICA, CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA**, para usuários do Sistema Único de Saúde-SUS. De acordo com o relatório emitido pela Comissão instituída através da Portaria nº 348/2014-GAB/SESAPI, de 17/03/2014, a qual declara que está **HABILITADA**, por apresentar toda a documentação exigida no edital, a seguinte entidade: 1) **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS ESPECIALIZADAS - LACLE**, pessoa jurídica de direito privado, CNES 2324091, com sede à Rua Cel. Anibal Martins, 585 no Município de Valença, Estado do Piauí, CEP 64.300-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.565.371/0001-83, **INFORMAÇÕES:** DUCARA/SESAPI, Fone: (86) 3216-3618, E-mail: rosaducara@hotmail.com

Teresina, 22 de maio de 2017

ANA MARIA MENEZES NEIVA EULÁLIO AMORIM
Diretora da Unidade de Controle,
Avaliação, Regulação e Auditoria - DUCARA
Of. 1541



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ FURTADO DE MENDONÇA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 001/2017

Processo Administrativo nº 001/2017

Objeto: Aquisição de Material de Limpeza, Material de Expediente, Suprimentos de Informática, Enxoval, Material Gráfico e Material Permanente

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação Pregão Presencial nº 001/2017, cujo objeto é a Aquisição de Material de Limpeza, Material de Expediente, Suprimentos de Informática, Enxoval, Material Gráfico e Material Permanente, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Material de Limpeza Pesada	DIPALIMP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E MEDICAMENTOS LTDA EPP	114.000,00
II - Material de Limpeza Leve	DIPALIMP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E MEDICAMENTOS LTDA EPP	103.000,00
III - Material de Expediente	CARLOS A. G. DE OLIVEIRA ME	20.900,00
IV - Suprimentos de Informática	FERNANDO FILHO NETO ME	24.340,00
V - Enxoval	J. MENDES JR ME	14.600,00

VI - Material Gráfico	LUÍS DE SOUSA LEITE	17.490,00
VII - Material Permanente	J. MENDES JR ME	40.925,00

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

São Miguel do Tapuio-PI, 25 de maio de 2017.

Gabriela dos Santos Matos
Diretora Geral - HEJFM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 002/2017

Processo Administrativo nº 002/2017

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, Gêneros Alimentícios Não Perecíveis, Frutas e Verduras e Produtos de Padaria

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação Pregão Presencial nº 002/2017, cujo objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, Gêneros Alimentícios Não Perecíveis, Frutas e Verduras e Produtos de Padaria, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I - Gêneros Alimentícios Perecíveis	JUCIELDO ALVES DA SILVA 8379242457334	181.075,00
II - Gêneros Alimentícios não Perecíveis	J. MENDES JR ME	225.023,00
III - Frutas e Verduras	JUCIELDO ALVES DA SILVA 8379242457334	81.525,00
IV - Produtos de Padaria	JUCIELDO ALVES DA SILVA 8379242457334	2.320,00

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

São Miguel do Tapuio-PI, 25 de maio de 2017.

Gabriela dos Santos Matos
Diretora Geral - HEJFM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2017
Processo Administrativo nº 003/2017

Objeto: Aquisição de Oxigênio, Combustível, Lubrificantes, Gás de Cozinha, Peças, Pneus e Serviços de Oficina

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação Pregão Presencial nº 003/2017, cujo objeto é a Aquisição de Oxigênio, Combustível, Lubrificantes, Gás de Cozinha, Peças, Pneus e Serviços de Oficina, com preço final de:

LOTE	EMPRESA	VALOR
I – Oxigênio	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	45.782,00
II – Combustível e Lubrificantes	FRANCISCA DAYANE PEREIRA DOS REIS LIMA EPP	23.750,00
III – Gás de Cozinha	FRANCISCO PAULINO DE OLIVEIRA	7.800,00
IV – Peças para Veículo S10 - Ano 2010	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
V – Peças Para Veículo Amaro 2016	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
VI – Pneus	FERNANDO FILHO NETO ME	25.750,00
VII – Serviços Mecânicos - Veículo S10 - Ano 2010	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-
VIII – Serviços Mecânicos - Veículo Amaro 2016	NÃO COMPARECEU LICITANTE	-

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

São Miguel do Tapuio-PI, 25 de maio de 2017.

Gabriela dos Santos Matos
Diretora Geral - HEJFM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 004/2017
Processo Administrativo nº 004/2017

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria na Área Administrativa

Com fulcro no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e art. 7º, IV, do Decreto nº 3.555/2000, **HOMOLOGO** o resultado da licitação Pregão Presencial nº 004/2017, cujo objeto é a Contratação de Empresa para a Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria na Área Administrativa, à empresa AGILIZA SERVIÇOS CONTÁBEIS E ENGENHARIA EIRELI – ME, com preço final de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Publique-se, no local de costume, o extrato do contrato respectivo.

São Miguel do Tapuio-PI, 25 de maio de 2017.

Gabriela dos Santos Matos
Diretora Geral - HEJFM

Of. 070



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Ratificação de Publicação no DOE Nº 99, de 29 de maio de 2017 pag.34

Onde-se Lê:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2017

Resumo do objeto do contrato: Material Hospitalar

Leia-se:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2017

Resumo do objeto do contrato: Aquisição de Medicamentos Comuns e Correlatos

CLODOVEU DE SOUSA RIBEIRO

Coordenador de Licitação

CPF: 470.301.783-00

Of. 411



Estado do Piauí
Secretaria de Governo

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O ESTADO DO PIAUÍ, E, DO OUTRO LADO, O MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ.

DO OBJETO - Este Convênio de Cooperação tem como objeto a cessão de servidores públicos que exercerão suas atividades nos órgãos para os quais forem cedidos e aos quais ficarão subordinados, durante a vigência do presente Convênio de Cooperação.

DA CESSÃO - O ESTADO DO PIAUÍ e o MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ cederão, reciprocamente, pelo prazo a que se refere a Cláusula Quinta, deste Convênio de Cooperação, os servidores indicados nos Anexos I e II, após o cumprimento do disposto no parágrafo único, da Cláusula Primeira, deste Convênio de Cooperação.

DO PRAZO - O presente Convênio de Cooperação entra em vigor a partir da data de sua publicação com término em 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado, automaticamente, por igual período, de acordo com o interesse e a conveniência das partes.

FORO - Teresina - PI

Teresina(PI), 09 de Maio de 2017.

JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS - Governador do Estado do Piauí

ADINAEI RODRIGUES DE BARROS - Prefeito Municipal de Flores do Piauí

Anexo I

Servidores do Estado do Piauí Cedidos ao Município de FLORES DO PIAUÍ.

Secretaria de Estado da Educação

Nome	Matrícula	Regime	Órgão Requiritante
Fernando Torres da Silva	233.071-7	40 horas	Município de Flores do Piauí
Laine Ribeiro de Almeida	171.469-4	40 horas	Município de Flores do Piauí

Anexo II

Servidores do Município de FLORES DO PIAUÍ Cedidos ao Estado do Piauí

Prefeitura Municipal de FLORES DO PIAUÍ

Nome	CPF	Regime	Órgão Requiritante
Irineide Gonzaga da Silva	510.309.503-34	20 horas	Estado do Piauí
Anderson Abade de Oliveira	007.176.533-66	20 horas	Estado do Piauí
Dogeam Pereira de Moura	900.290.973-04	20 horas	Estado do Piauí
Fábrica Rodrigues de Sá	013.023.393-54	20 horas	Estado do Piauí

Of. 336



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO

TERMO Nº 65/17

Processo nº AA.021.1.000486/17-49

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ - SECULT; **PROPONENTE:** HORTENCIO DE CASTRO BARBOSA FILHO, **CPF nº** 341.937.233-72. **OBJETO:** concessão de apoio financeiro para ajudar no custeio de despesas com a realização do Rock Solidário, que será realizado no Espaço Cultural Motorocker no dia 14 de julho de 2017, Teresina - PI. **Valor: R\$ 8.000,00** (Oito Mil Reais). Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recurso: 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.48. **DATA DE ASSINATURA:** 29/05/2017.

FABIO NUNEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO

TERMO Nº 66/17

Processo nº AA.021.1.000722/17-80

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ - SECULT; **PROPONENTE:** MARIACELIA ALVES LIMA, **CPF nº** 504.336.103-44. **OBJETO:** concessão de apoio financeiro para ajudar no custeio de despesas com a realização do ARRAIA DA JUVENTUDE CAJUNINO, que acontecerá nos dias 30 de junho e 1º de julho do corrente ano, no Conjunto Pedra Mole, Teresina - PI. **Valor: R\$ 4.000,00** (Quatro Mil Reais). Unidade Orçamentária: 51101; Fonte de Recurso: 0100001001; Projeto Atividade: 2244; Elemento de Despesa: 3390.48. **DATA DE ASSINATURA:** 29/05/2017.

FABIO NUNEZ NOVO

Secretário de Estado de Cultura do Piauí

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124.a/17

Número do Processo de Inexigibilidade: AA.021.1.000803/17-80

Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93

Contratante: Secretaria de Estado de Cultura do Piauí SECULT

CNPJ do Contratante: 05.782.352/0001-60

Contratado (a): GEORGE FLEMENDS SANTANA SALAZAR.

CPF do Contratado (a): 874.662.873-87

Resumo do Objeto do Contrato: realização de atração musical dentro da programação do PROJETO BOCA DA NOITE EM TERESINA/PI 2017.

Prazo de Vigência: 120 (Cento e Vinte dias)

Prazo de Execução: 120 (Cento e Vinte dias)

Data da Assinatura do Contrato: 16/05/2017

Valor Global: 2.000,00 (Dois Mil Reais)

Ação Orçamentária: 51101

Natureza de Despesa: 3390.36

Fonte de Recursos: 0100001001

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **Fábio Núñez Novo**

Pela Contratada: George Flemends Santana Salazar

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/17

Número do Processo de Inexigibilidade: AA.021.1.000841/17-60

Fundamento Legal: com base no Edital nº 04/17 do Projeto Boca da Noite, com aplicação subsidiária da Lei nº Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Secretaria de Estado de Cultura do Piauí SECULT

CNPJ do Contratante: 05.782.352/0001-60

Contratado (a): RONALDO CESAR DA SILVA

CPF do Contratado (a): 635.561.703-53

Resumo do Objeto do Contrato: estrutura de equipamento de som e iluminação dentro da programação do PROJETO BOCA DA NOITE EM FLORIANO/PI 2017.

Prazo de Vigência: 214 (Duzentos e Quatorze dias)

Prazo de Execução: 214 (Duzentos e Quatorze dias)

Data da Assinatura do Contrato: 17/05/2017

Valor Global: 7.000,00 (Sete Mil Reais), que será pago em 07 (sete) parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que deverão ser pagas somente após cada data das 07 (sete) apresentações discriminadas nos autos desse processo.

Ação Orçamentária: 51101

Natureza de Despesa: 3390.36

Fonte de Recursos: 0100001001

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **Fábio Núñez Novo**

Pela Contratada: Ronaldo Cesar da Silva

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/17

Número do Processo de Inexigibilidade: AA.021.1.000861/17-69

Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93

Contratante: Secretaria de Estado de Cultura do Piauí SECULT

CNPJ do Contratante: 05.782.352/0001-60

Contratado (a): HIGOR MEDEIROS LEITE.

CPF do Contratado (a): 069.977.903-05

Resumo do Objeto do Contrato: atração musical dentro da programação do PROJETO BOCA DA NOITE EM FLORIANO/PI 2017.

Prazo de Vigência: 120 (Cento e Vinte dias)

Prazo de Execução: 120 (Cento e Vinte dias)

Data da Assinatura do Contrato: 21/05/2017

Valor Global: 1.000,00 (Mil Reais)

Ação Orçamentária: 51101

Natureza de Despesa: 3390.36

Fonte de Recursos: 0100001001

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **Fábio Núñez Novo**

Pela Contratada: Higor Medeiros Leite

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/17

Número do Processo de Inexigibilidade: AA.021.1.000862/17-71

Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93

Contratante: Secretaria de Estado de Cultura do Piauí SECULT

CNPJ do Contratante: 05.782.352/0001-60

Contratado (a): ERIC WILLIAM ROCHA GARCIA.

CPF do Contratado (a): 022.096.933-73

Resumo do Objeto do Contrato: atração musical dentro da programação do PROJETO BOCA DA NOITE EM CORRENTE/PI 2017.

Prazo de Vigência: 120 (Cento e Vinte dias)

Prazo de Execução: 120 (Cento e Vinte dias)

Data da Assinatura do Contrato: 25/05/2017

Valor Global: 1.000,00 (Mil Reais)

Ação Orçamentária: 51101

Natureza de Despesa: 3390.36

Fonte de Recursos: 0100001001

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **Fábio Núñez Novo**

Pela Contratada: Eric William Rocha Garcia

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/17

Número do Processo de Inexigibilidade: AA.021.1.000928/17-17

Fundamento Legal: com base no Edital nº 02/17 do Projeto Boca da Noite, com aplicação subsidiária da Lei nº Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Secretaria de Estado de Cultura do Piauí SECULT

CNPJ do Contratante: 05.782.352/0001-60

Contratado (a): ANDREIA FERREIRA ABRÃO

CPF do Contratado (a): 874.662.873-87

Resumo do Objeto do Contrato: estrutura de som e iluminação dentro da programação do PROJETO BOCA DA NOITE EM BOM JESUS/PI 2017.

Prazo de Vigência: 214 (Duzentos e Quatorze dias)

Prazo de Execução: 214 (Duzentos e Quatorze dias)

Data da Assinatura do Contrato: 26/05/2017

Valor Global: 7.000,00 (Sete Mil Reais), que será pago em 07 (sete) parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que deverão ser pagas somente após cada data das 07 (sete) apresentações discriminadas nos autos desse processo.

Ação Orçamentária: 51101

Natureza de Despesa: 3390.36

Fonte de Recursos: 0100001001

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **Fábio Núñez Novo**

Pela Contratada: Andreia Ferreira Abrão

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/17

Número do Processo de Inexigibilidade: AA.021.1.000793/17-96

Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93

Contratante: Secretaria de Estado de Cultura do Piauí SECULT

CNPJ do Contratante: 05.782.352/0001-60

Contratado (a): CHARLES UELLS TEIXEIRA DA SILVA

CPF do Contratado (a): 510.282.393-00

Resumo do Objeto do Contrato: atração musical dentro da programação do PROJETO BOCA DA NOITE EM CORRENTE/PI 2017.

Prazo de Vigência: 120 (Cento e Vinte dias)

Prazo de Execução: 120 (Cento e Vinte dias)

Data da Assinatura do Contrato: 22/05/2017

Valor Global: 1.000,00 (Mil Reais)

Ação Orçamentária: 51101

Natureza de Despesa: 3390.36

Fonte de Recursos: 0100001001

Signatários do Contrato: Pela Contratante: **Fábio Núñez Novo**

Pela Contratada: Charles Uells Teixeira da Silva

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/17

Número do Processo de Inexigibilidade: AA.021.1.000927/17-04
Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93
Contratante: Secretaria de Estado de Cultura do Piauí SECULT
CNPJ do Contratante: 05.782.352/0001-60
Contratado (a): VINICIO BORGES DA TRINDADE.
CPF do Contratado (a): 043.519.283-36
Resumo do Objeto do Contrato: atração musical dentro da programação do PROJETO BOCA DA NOITE EM PIRIPIRI/PI 2017.
Prazo de Vigência: 120 (Cento e Vinte dias)
Prazo de Execução: 120 (Cento e Vinte dias)
Data da Assinatura do Contrato: 26/05/2017
Valor Global: 1.000,00 (Mil Reais)
Ação Orçamentária: 51101
Natureza de Despesa: 3390.36
Fonte de Recursos: 0100001001
Signatários do Contrato: Pela Contratante: **Fábio Núñez Novo**
Pela Contratada: Vinício Borges da Trindade

Of. 066



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

EXTRATO DO CONTRATO 67/2017

CONTRATO: Nº 67/2017
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 058/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: F R DA SILVA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ DO CONTRATADO: 19.843.826/0001-40
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO MIGUEL ALVES - PI, PROMOVIDO POR ESTA SECRETARIA VISANDO A PROMOÇÃO TURISTICA DO ESTADO DO PIAUÍ.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 28/04/2017
VALOR GLOBAL: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 236950016.2324
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSOS: 00/ Emenda Parlamentar João Madison e Evaldo Gomes
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PIAUÍ SETUR e Francisco Rodrigues da Silva pela empresa : F R DA SILVA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado de Turismo

Of. 252

EXTRATO DO CONTRATO 66/2017

CONTRATO: Nº 66/2017
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 059/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: F R DA SILVA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ DO CONTRATADO: 19.843.826/0001-40
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO NOVO SANTO ANTÔNIO - PI, PROMOVIDO POR ESTA SECRETARIA VISANDO A PROMOÇÃO TURISTICA DO ESTADO DO PIAUÍ.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 28/04/2017
VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 236950016.2324
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSOS: 00

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PIAUÍ SETUR e Francisco Rodrigues da Silva pela empresa : F R DA SILVA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado de Turismo

EXTRATO DO CONTRATO 69/2017

CONTRATO: Nº 69/2017
NUMERO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 051/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Turismo do Piauí
CNPJ DO CONTRATANTE: 08.783.132/0001-49
CONTRATADO: F R DA SILVA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ DO CONTRATADO: 19.843.826/0001-40
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO LAGOA ALEGRE - PI, PROMOVIDO POR ESTA SECRETARIA VISANDO A PROMOÇÃO TURISTICA DO ESTADO DO PIAUÍ.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 28/04/2017
VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 236950016.2324
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39
FONTE DE RECURSOS: 00
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: Flávio Rodrigues Nogueira Júnior, pela SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PIAUÍ SETUR e Francisco Rodrigues da Silva pela empresa : F R DA SILVA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado de Turismo

Of. 252



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2017 - DL/SEADPREV/PI PROCESSO Nº AA.002.1.018343/16-04- SEADPREV/PI/TV ANTARTES/PI

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO PERMANENTE DE SINAIS DE ÁUDIO (04 CANAIS DE ÁUDIO - SENDO (01 CANAL DE ÁUDIO ESTÉREO e 01 CANAL DE ÁUDIO DUAIS MONOS) E VIDEO (01 CANAL DE TRANSPORTE DE VÍDEO DIGITAL DO TIPO COMPOSITE NTSC, MPEG-2, SCPC, DVB, SEM ENCRIPÇÃO, NÃO REDUNDANTE), GERADOS PELA FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.
TIPO: Menor Preço por Item, Adjudicação por Item.
Data da abertura das propostas: 22/06/2017.
Horário: 9h00min (nove) horas (horário de Brasília).
Edital: Disponível nos WWW.dlca.pi.gov.br e TCE/PI.
INFORMAÇÕES: Avenida Pedro Freitas, s/n, 2º andar - Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina - PI. Telefone: (86)3216-9050, Email: licitacao@sead.pi.gov.br, e-mail: antonia.mendes@sead.pi.gov.br

Antonia Itami Freire Mendes
Pregoeira - DL/SEADPREV

Danielle Vidal Martins
Diretora de Licitações/SEADPREV

Francisco José Alves da Silva
Secretário de Estado da Administração e Previdência

Of. 650



TERMO DE ADJUDICAÇÃO PP Nº 010/2017 - DPE/PI

A Pregoeira da Defensoria Pública do Estado do Piauí, designada através da Portaria nº 040 de 17/01/2017, declara, para que possa ser conhecido pelo público em geral e para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento referente ao procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 (proc. nº 00111/2017), com sessão realizada no dia 30/05/2017, às 08:30 (oito horas e trinta minutos) no Auditório da ESDEPI, CLASSIFICANDO e ADJUDICANDO o objeto da Licitação à(s) licitante(s) abaixo relacionada(s):

EMPRESA VENCEDORA: J V N OLIVEIRA MENDES

LOTE ÚNICO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS PARA DPE- SÃO RAIMUNDO NONATO/PI

VALOR TOTAL: R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais)

Para obter o resultado acima, a Pregoeira considerou o critério do MENOR PREÇO (POR LOTE). Encontra-se com a Comissão à disposição dos interessados toda a documentação que compõe o processo em referência.
Teresina (PI), 31 de maio de 2017.

Déborah Renata Elvas Soares
Pregoeira da DPE/PI

EQUIPE DE APOIO:
Eurides da Costa Silva

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo, o resultado inerente a contratação de empresa para aquisição e montagem de divisórias para DPE- São Raimundo Nonato/PI, apresentados pela Pregoeira da Defensoria Pública do Estado do Piauí DPE/PI, considerando a documentação, as propostas, o Termo de Adjudicação e o que foi apresentado nos autos do Processo Administrativo nº 00111/2017, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017, nos termos da legislação específica aplicável.

Teresina (PI), 31 de maio de 2017.

Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes
Defensora Pública Geral
Of. 086

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ - FUNDESPI



AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 002/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA VILA OLIMPICA DE PARNAÍBA. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA. TIPO: Empreitada por preço Unitário. VALOR PREVISTO: R\$ 19.667.314,75 (dezenove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos). FONTE DE RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTARIA: 14203. FUNÇÃO: 27. PROGRAMA: 811. SUBPROGRAMA: 13. ATIVIDADE/ PROJETO: 1182. ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51. FONTE DE RECURSOS: 210/100. DATA, LOCAL, E HORARIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: dia 10 de julho de 2017, às 09h30min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo - Bl G, 2º Andar, Teresina, Piauí. LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL COMPLETO: Sala de Licitação, Telefone(86) 99402-8735, e-mail fundesplicitacao@gmail.com e no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí no site do TCE: www.tce.pi.gov.br, link licitaçõesweb, a partir do dia 20.06.17., De segunda a quinta, das 07:30 às 13:00.

Teresina (PI), 01 de junho de 2017.

Silvia Neide Sousa Nunes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Of. 411

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 01/2017

INFORMA-SE O CANCELAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA 01/2017, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA VILA OLIMPICA DE PARNAÍBA", em razão de ajustes na planilha de preços e de serviços do projeto básico.

Teresina (PI), 31 de maio de 2017.

Silvia Neide Sousa Nunes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Of. 414



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

##TEX

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí torna público que realizará Pregão Eletrônico. Poderão participar da licitação as empresas que atendam o disposto no instrumento convocatório da licitação.

Pregão Eletrônico nº 003/2017 – CPL/SEJUSPI.

Objeto: Registro de preços para locação de equipamentos de inspeção corporal por meio de raio "X" (Body Scan), com a finalidade de ampliar a segurança no controle de acesso de visitantes e frequentadores do Sistema Prisional do Estado do Piauí.

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Acolhimento das Propostas: 05 de junho de 2017, as 13:00h no sistema do Banco do Brasil, www.licitacoes-e.com.br.

Abertura das propostas: 19 de junho de 2017, as 09:00h

Início da Rodada de Lances: 20 de junho de 2017, as 09:00h.

Informações: Av. Pedro Freitas, S/N, Centro Administrativo, Bloco G, Secretaria de Justiça, 2º andar, Comissão Permanente de Licitação – CPL/SEJUS/PI, Teresina/Piauí, CEP: 64018900.

Publique-se

Raimundo Nonato Dourado Filho
Pregoeiro
Daniel Carvalho Oliveira Valente
Secretário da Justiça do Piauí

##TEX

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí torna público que realizará Pregão Eletrônico. Poderão participar da licitação as empresas que atendam o disposto no instrumento convocatório da licitação.

Pregão Eletrônico nº 004/2017 – CPL/SEJUSPI.

Objeto: Registro de preços para aquisição de rádios de comunicação, para melhorar o sistema de comunicação dos agentes penitenciários no sistema prisional para o Sistema Penitenciário do Estado do Piauí

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Acolhimento das Propostas: 07 de junho de 2017, as 13:00h no sistema do Banco do Brasil, www.licitacoes-e.com.br.

Abertura das propostas: 21 de junho de 2017, as 09:00h

Início da Rodada de Lances: 22 de junho de 2017, as 09:00h.

Informações: Av. Pedro Freitas, S/N, Centro Administrativo, Bloco G, Secretaria de Justiça, 2º andar, Comissão Permanente de Licitação – CPL/SEJUS/PI, Teresina/Piauí, CEP: 64018900.

Publique-se

Raimundo Nonato Dourado Filho
Pregoeiro
Daniel Carvalho Oliveira Valente
Secretário da Justiça do Piauí

Of. 080



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 028/2016

PROC. ADM. Nº AA. 095.1.006453/16-19

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 75 (setenta e cinco) dias, a contar da assinatura do presente Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2016 cujo objeto é aquisição, fornecimento, instalação, ativação, instrução técnica/operacional e assistência técnica de equipamentos de inspeção a serem utilizados, incluindo a entrega descentralizada nas Unidades Prisionais do Estado do Piauí.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Piauí.

CONTRATADA: DETRONIXINDUSTRIA ELETRÔNICA LTDA-EPP..

CNPJ DA CONTRATADA Nº07.404.500/0001-38

SIGNATÁRIOS: Sr. DANIEL CARVALHO

OLIVEIRA VALENTE, pela Contratante e Sr. Marcelo Bertuol, pelo Contratada.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 28.04.2017

Of. 079



RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Pelo presente instrumento, **CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - CEAPI**, Sociedade Simples e Pura, inscrita no CNPJ nº 08.948.497/0001-86, estabelecida na Avenida Henry Wall de Carvalho, nº 5000, CEP 64.002-050, Teresina-PI, neste ato representado pelo seu Presidente, **PAULO CEZAR NOLETO SANTANA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1102419 SSP-PI, CPF nº 396.868.173-87, residente e domiciliado na Rua Chico Doca, nº 402, Bairro Acarape, CEP 64.003-830, Teresina-PI doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado **R.F. DE ASSUNÇÃO JÚNIOR ME**, conhecida como YES Aluguel de Carros, CNPJ Nº 00.633.937/0001-02, Avenida Centenário, 1875, Aeroporto, Teresina-PI, CEP 64006-700, neste ato representado por **RAIMUNDO FARIAS DE ASSUNÇÃO JUNIOR**, brasileiro, CPF nº 447.194.183-68, com endereço já descrito anteriormente, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido, a partir desta data, o Contrato de Prestação de Serviços de Locação de Veículos firmado em 13/02/2015 entre as partes.

Por assim estarem de acordo as partes, firmam a presente rescisão de contrato.

Teresina, 13 de maio de 2017.

PAULO CEZAR NOLETO SANTANA
PRESIDENTE DA CEAPI
CONTRATANTE

RAIMUNDO FARIAS DE ASSUNÇÃO JUNIOR
CONTRATADO

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DA CONTRATANTE

Pelo presente instrumento, **CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - CEAPI**, Sociedade Simples e Pura, inscrita no CNPJ nº 08.948.497/0001-86, estabelecida na Avenida Henry Wall de Carvalho, nº 5000, CEP 64.002-050, Teresina-PI, neste ato representado pelo seu Presidente, **PAULO CEZAR NOLETO SANTANA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1102419 SSP-PI, CPF nº 396.868.173-87, residente e domiciliado na Rua Chico Doca, nº 402, Bairro Acarape, CEP 64.003-830, Teresina-PI doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado **D. PEREIRA DA SILVA JUNIOR ME**, nome fantasia DJ SERVIÇOS, sob CNPJ Nº 21.530.234/0001-10, Av. Professor Walter Alencar, nº 1815, Sala B, Macaúba, Teresina-PI, CEP 64016-096, neste ato representado por **DEMerval PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, CPF nº 645.449.403-97, com endereço já descrito anteriormente, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido, a partir desta data, o Contrato de Prestação de Serviços de Locação de Veículos firmado em 13/02/2015 entre as partes.

Por assim estarem de acordo as partes, firmam a presente rescisão de contrato.

Teresina, 13 de maio de 2017.

PAULO CEZAR NOLETO SANTANA
PRESIDENTE DA CEAPI
CONTRATANTE

DEMerval PEREIRA DA SILVA JUNIOR
CONTRATADO

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA

Pelo presente instrumento, **CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - CEAPI**, Sociedade Simples e Pura, inscrita no CNPJ nº 08.948.497/0001-86, estabelecida na Avenida Henry Wall de Carvalho, nº 5000, CEP 64.002-050, Teresina-PI, neste ato representado pelo seu Presidente, **PAULO CEZAR NOLETO SANTANA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1102419 SSP-PI, CPF nº 396.868.173-87, residente e domiciliado na Rua Chico Doca, nº 402, Bairro Acarape, CEP 64.003-830, Teresina-PI doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado **ANDERSON LUIS DA SILVA**, brasileiro, com CPF nº 655.949.753-49, com endereço João Emílio Falcão, Qd.04, Bl. 04, Apt.º 101, CEP nº 64.015-610, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido, a partir desta data, o Contrato de Prestação de Serviços para manutenção, locação e fornecimento de material de informática firmado em 01/09/2015 entre as partes.

Por assim estarem de acordo as partes, firmam a presente rescisão de contrato.

Teresina, 01 de maio de 2017.

PAULO CEZAR NOLETO SANTANA
PRESIDENTE DA CEAPI
CONTRATANTE

ANDERSON LUIS DA SILVA
CONTRATADO

Of. 020



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

EXTRATO DE ADITIVO

ATO: TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO Nº 30/2014.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí SETRANS/PI CNPJ nº 08.809.355/0001-38.

CONTRATADA: Limpel Serviços Gerais Ltda CNPJ nº 97.336.895/0001-71.

OBJETO CONTRATUAL: Locação de mão de obra para serviços das atividades meio da SETRANS/PI, pela adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2013 da Assembléia Legislativa do Piauí (ALEPI).
OBJETO DO ADITAMENTO: Realizar **supressão** de aproximadamente 11,17% (redução de R\$ 472.429,00 ao ano) ao valor originário do contrato, referente ao aditamento de quantitativo para adequação às necessidades da Contratante, resultante de acordo celebrado entre as partes.

DATA DE ASSINATURA: 01.06.2017.

ASSINAM: Guilhermano Pires Ferreira Corrêa (pela Contratante) e Miguel Avelar de Castro Monteiro (pela Contratada).

Of. 368



Governo do Estado do Piauí
Instituto de Desenvolvimento do Piauí

IDEPI

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Processo: nº 024/2016;

Tomada de Preços: nº 004/2016;

Contrato: nº 023/2016;

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93;

Objeto: O Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento do Piauí IDEPI comunica para que produza os efeitos legais que celebrou na data de 04/04/2017, com a Empresa **CONSTRUTORA PANORAMA LTDA.**, o Termo Aditivo ao Contrato referenciado, garantido à conta de recursos do Governo Federal / Governo do Estado do Piauí/IDEPI, para prorrogação de **Prazo de Vigência** por mais 285 (duzentos e oitenta e cinco) dias.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: nº 063/2016;

Tomada de Preços: nº 014/2016;

Contrato: nº 027/2016;

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93;

Objeto: O Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento do Piauí IDEPI comunica para que produza os efeitos legais que celebrou na data de 20/04/2017, com a Empresa **CONSTRUTORA P2 LTDA.**, o Termo Aditivo ao Contrato referenciado, garantido à conta de recursos do Governo Federal / Governo do Estado do Piauí/IDEPI, para prorrogação de **Prazo de Vigência** por mais 285 (duzentos e oitenta e cinco) dias.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: nº 094/2016;

Tomada de Preços: nº 047/2016;

Contrato: nº 053/2016;

Contratante: Instituto de Desenvolvimento do Piauí IDEPI;

Contratada: Empresa SM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.;

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93;

Objeto: Prorrogar **Prazo de Vigência:** 195 (cento e noventa e cinco) dias;

Fonte de Recursos: 00 (Governo do Estado do Piauí/IDEPI);

Data da Assinatura: 30/05/2017;

Assinaturas: Geraldo Magela Barros Aguiar e José Ribamar Bastos pelo IDEPI e Stênio Dias de Negreiros Leite, pela empresa contratada.

Of. 303



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 015/2017

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí-EMATER e a Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes-PI.

OBJETO: Contribuir para o desenvolvimento sustentável do município para apoiar ações em prol da agricultura familiar e ainda cumprir Portaria MDA/Secretaria de Agricultura Familiar nº 42, de 07 de dezembro de 2012.

VIGÊNCIA: 04 (quatro) anos

DATA DA ASSINATURA: 25 de maio de 2017.

SIGNATÁRIOS: Marcos Vinícius do Amaral Oliveira, Diretor Geral do EMATER-PI e o Sr. Valmir Barbosa de Araújo, Prefeito Municipal de Dom Expedito Lopes-PI.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 026/2017

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí-EMATER e a Prefeitura Municipal de Carauabas - PI.

OBJETO: Contribuir para o desenvolvimento sustentável do município para apoiar ações em prol da agricultura familiar e ainda cumprir Portaria MDA/Secretaria de Agricultura Familiar nº 42, de 07 de dezembro de 2012.

VIGÊNCIA: 04 (quatro) anos

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2017.

SIGNATÁRIOS: Marcos Vinícius do Amaral Oliveira, Diretor Geral do EMATER-PI e o Sr. João Coelho de Santana, Prefeito Municipal de Carauabas -PI.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 030/2017

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí-EMATER e a Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí - PI.

OBJETO: Contribuir para o desenvolvimento sustentável do município para apoiar ações em prol da agricultura familiar e ainda cumprir Portaria MDA/Secretaria de Agricultura Familiar nº 42, de 07 de dezembro de 2012.

VIGÊNCIA: 04 (quatro) anos

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2017.

SIGNATÁRIOS: Marcos Vinícius do Amaral Oliveira, Diretor Geral do EMATER-PI e o Sr. Gilson Nunes de Sousa, Prefeito Municipal de Lagoa do Barro do Piauí -PI.

MODELO DE EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 013/2016	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Nº 013/2016
Fundamento legal	Art.24, inciso X, da Lei nº 8.666/93
Contratante	EMATER-PI
CNPJ do Contratante	06.688.451/0001-40
Contratado	Raimundo Carvalho da Silva
Resumo do objeto do contrato	O contrato tem como objeto a locação de imóvel situado na TV São Gonçalo 7575, Bairro Urbano, no município de Batalha -PI, para abrigar as instalações do Escritório Territorial (ou Local) do LOCATÁRIO
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	01/06/2017 à 01/06/2018
Data de assinatura do contrato	01/06/2017
Valor global	711,00 (setecentos e onze reais)
Natureza de Despesa	339036
Fonte de Recursos	00
Signatário do contrato	Pela Contratante: Marcos Vinicius do Amaral Oliveira Pela Contratada: Raimundo Carvalho da Silva

MODELO DE EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Nº 017/2016
Fundamento legal	Art.24, inciso X, da Lei nº 8.666/93
Contratante	EMATER-PI
CNPJ do Contratante	06.688.451/0001-40
Contratado	Wilson Francisco da Rocha
Resumo do objeto do contrato	O contrato tem como objeto a locação de imóvel situado na Rua São João 64, no município de Alagoinha do Piauí-PI, para abrigar as instalações do Escritório Territorial (ou Local) do LOCATÁRIO
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	01/06/2017 à 01/06/2018
Data de assinatura do contrato	01/06/2017
Valor global	362,00 (trezentos e sessenta e dois reais)
Natureza de Despesa	339036
Fonte de Recursos	00
Signatário do contrato	Pela Contratante: Marcos Vinicius do Amaral Oliveira Pela Contratada: Wilson Francisco da Rocha

MODELO DE EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 019/2016	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Nº 019/2016
Fundamento legal	Art.24, inciso X, da Lei nº 8.666/93
Contratante	EMATER-PI
CNPJ do Contratante	06.688.451/0001-40
Contratado	Higino Barbosa Neto
Resumo do objeto do contrato	O contrato tem como objeto a locação de imóvel situado na Rua Manoel Alexandre Nº 106, Vila Nova no município de Amarante -PI, para abrigar as instalações do Escritório Territorial (ou Local) do LOCATÁRIO
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	01/06/2017 à 01/06/2018
Data de assinatura do contrato	01/06/2017
Valor global	508,00 (quinhentos e oito reais)
Natureza de Despesa	339036
Fonte de Recursos	00
Signatário do contrato	Pela Contratante: Marcos Vinicius do Amaral Oliveira Pela Contratada: Higino Barbosa Neto

Of. 355



AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ, através da Comissão Permanente de Licitação, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 06.535.751/0001-99, torna público o adiamento da data de abertura da licitação do Edital acima referenciado, que tem como objeto a Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica na Zona Urbana do município de Inhumas - PI, com área de 26.241,00 m², nos seguintes trechos: Av. Ribeiro Gonçalves; Av. Castelo Branco / Rua Duque de Caxias; BR 316 / Cruzamento com a Rua José Isidorio, em decorrência do feriado de Corpus Christi no dia 15 (quinze) de junho de 2017, ficando definido a data de abertura para às **10:00 (dez) horas do dia 19 (dezenove) de junho de 2017**, no mesmo local anteriormente anunciados, conforme previsto no item 13.7 do Edital. O Edital permanece sem alterações e continua à disposição dos interessados.

As empresas interessadas poderão obter o Edital e demais elementos e informações, bem como consultar os documentos da licitação junto à Comissão Permanente de Licitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí - DER/PI, 2º andar do Edifício Sede, situado na Av. Frei Serafim, Nº 2492, Centro, em Teresina, Piauí, telefones: (86) 3216-8084. No ato de obtenção dos documentos acima referidos, os interessados deverão apresentar o comprovante de depósito no valor de R\$ 50,00 (cinquenta) reais, relativo aos respectivos custos de produção, recolhido junto ao Banco do Brasil S/A, em favor do DER/PI, agência nº 3791-5, conta corrente nº 7336-9. Não serão aceitos comprovantes de depósitos bancários realizados através de envelopes de auto-atendimento, depósitos eletrônicos e pela internet, bem como com data anterior à publicação do Edital.

Teresina, 01 de junho de 2017.

Adv. Marcos Carvalho Portela Santos
Presidente da COPEL/DER/PI

Of. 286



OUTROS



IV PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS VOLUNTÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

EDITAL 001/2017

Proc. Administrativo nº 00511/2017

A Comissão Organizadora do IV Processo Seletivo para Estagiários Voluntários da Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI), no uso de suas atribuições, torna público o **RESULTADO DEFINITIVO**:

TERESINA:

	NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	NOTA	SEMESTRE	DATA DE NASCIM.
001	CAROLINA DOS SANTOS LIMA	029	APROVADA	9,4	7º	15/09/1996
002	STEPHANIE MIRANDA SANTANA	028	APROVADA	9,2	7º	06/12/1994
003	BEATRIZ VASCONCELOS DO NASCIMENTO	069	APROVADA	9,2	7º	01/07/1996
004	PAULA BEATRIZ ALMONDES SANTANA LEMOS	038	APROVADA	9,2	7º	17/08/1996
005	GERUSA LEAL DE SOUSA ALMENDRA	037	APROVADA	9,1	7º	24/04/1979
006	ISABELLE CARVALHO LIMA	051	APROVADA	9,1	7º	24/11/1995
007	RAFAELA SUELEN DE OLIVEIRA CORREIA	052	APROVADA	9,1	5º	25/07/1996
008	VITORIA ARAUJO CARDOSO	030	APROVADA	9,0	7º	28/05/1996
009	ESTER MOREIRA SILVA	061	APROVADA	9,0	5º	12/01/1996
010	ANA KAROLINE VALENTE AMORIM	071	APROVADA	8,8	7º	29/02/1996
011	KARINA ANDRADE CAVALCANTE	014	CLASSIFICADA	8,8	5º	02/01/1995
012	ANTONIA REGINA MARTINS COSTA	016	CLASSIFICADA	8,8	5º	18/06/1997
013	BRUNA BARROS DOS SANTOS	072	CLASSIFICADA	8,7	7º	10/02/1996
014	ELISANGELA NADLA DE CARVALHO GOMES	031	CLASSIFICADA	8,7	5º	19/11/1997
015	MARIA SANTA BATISTA DE MORAIS	091	CLASSIFICADA	8,6	7º	01/11/1995
016	ROBSON TOMÉ VIEIRA DE MIRANDA	018	CLASSIFICADO	8,6	6º	03/07/1980
017	IVANETE MARIA RODRIGUES ALMENDRA	043	CLASSIFICADA	8,6	6º	20/05/1995
018	ANA VITORIA BRITO AMORIM	034	CLASSIFICADA	8,6	5º	29/04/1997
019	MARIA CLARÁ MARTINS DA SILVA SENA	035	CLASSIFICADA	8,6	3º	19/07/1997
020	KARLA JANAINA PEREIRA AZEVEDO	002	CLASSIFICADA	8,5	9º	09/09/1979
021	ISABELA NAPOLEÃO PAIVA PEREIRA DA SILVA	023	CLASSIFICADA	8,5	6º	24/06/1997
022	PAULO HENRIQUE CARVALHO ALMEIDA	054	CLASSIFICADO	8,5	5º	28/06/1996
023	MARTA MARIA GOMES DE SOUSA	053	CLASSIFICADA	8,5	5º	15/02/1997
024	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	003	CLASSIFICADO	8,4	10º	11/03/1978
025	BRUNO JANSEN DA SILVA	070	CLASSIFICADO	8,4	7º	27/09/1995
026	PEDRO VITOR BARBOSA PORTELA	027	CLASSIFICADO	8,4	7º	05/03/1996

027	DEBORAH LEMARA RODRIGUES COLAÇO	080	CLASSIFICADA	8,4	7º	06/06/1996
028	MARIA LUISA MAPURUNGA BEZURRA MIRANDA	010	CLASSIFICADA	8,4	6º	16/09/1996
029	FERNANDA BARBOSA CASTELO BRANCO	040	CLASSIFICADA	8,4	5º	09/07/1982
030	LILIA MARIA DE ARAUJO COSTA MELO	089	CLASSIFICADA	8,4	5º	07/07/1994
031	GABRIELA CARVALHO SILVA	062	CLASSIFICADA	8,4	5º	04/07/1994
032	BRUNA TAIS SANTOS DO NASCIMENTO	026	CLASSIFICADA	8,4	5º	20/01/1996
033	LORENA MAIA SANTOS	099	CLASSIFICADA	8,4	5º	17/03/1997
034	FELIPE HENRIQUE SOUSA SANTOS	081	CLASSIFICADO	8,3	5º	11/08/1997
035	OLIVIA VASCONCELOS MELO SOARES	096	CLASSIFICADA	8,2	7º	15/02/1995
036	CIBELE ALBUQUERQUE PAULO COELHO RODRIGUES	056	CLASSIFICADA	8,2	7º	24/10/1996
037	AMANDA FONSECA DE NEGREIROS	087	CLASSIFICADA	8,2	6º	30/10/1996
038	MARIANA SAMPAIO E SILVA	033	CLASSIFICADA	8,2	5º	07/01/1997
039	VICTORIA JORDANA ALVES DE MELO E SOUZA	044	CLASSIFICADA	8,2	5º	03/07/1997
040	ANA LAURA GOMES DE CARVALHO DHARLYN WASHINGTON SOARES DA ROCHA	022	CLASSIFICADA	8,1	8º	07/11/1995
041	TIALLYTA NAYARA BANDEIRA DE SA	017	CLASSIFICADO	8,1	7º	02/07/1994
042	NATIELLE MOREIRA FREITAS	067	CLASSIFICADA	8,1	7º	25/04/1992
043	GLEYCIARA LOPES DE LIRA	073	CLASSIFICADA	8,1	7º	29/08/1995
044	JHEANNA SHENGEN VIEIRA LIMA	086	CLASSIFICADA	8,1	7º	10/10/1995
045	RAFAEL PEREIRA DE ALMEIDA	066	CLASSIFICADA	8,1	5º	10/05/1991
046	AMANDA SILVA EVANGELISTA	037	CLASSIFICADO	8,0	9º	26/08/1995
047	DANIELA SANTOS DA SILVA	045	CLASSIFICADA	8,0	8º	08/05/1995
048	VITORIA LUIZ MOURA DE MELO	025	CLASSIFICADA	8,0	7º	25/08/1995
049	LINDINALVA DE MOURA SOUSA	059	CLASSIFICADA	7,9	9º	01/10/1995
050		005	CLASSIFICADA	7,9	8º	30/03/1988

BOM JESUS

	NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	NOTA	SEMESTRE	DATA DE NASCIM.
01	CLAUDIANE BARBOSA RODRIGUES	001	APROVADA	8,49	7º	12/05/1982
02	SARA RAQUEL DE OLIVEIRA COQUEIRO	003	CLASSIFICADA	8,42	8º	18.04.1993
03	MAYD ALVES RODRIGUES DE SOUZA	004	CLASSIFICADO	7,39	8º	07.01.1988

FLORIANO

	NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	NOTA	SEMESTRE	DATA DE NASCIM.
01	EROTIDES GOMES DE ARAUJO TOLENTINO	05	APROVADA	9,2	7º	17.08.1985
02	WALTER PEREIRA DA SILVA	02	APROVADO	8,8	7º	08.04.1996
03	SAMARA RODRIGUES CAVALCANTE	01	CLASSIFICADA	8,8	5º	05.12.1996
04	AGATA MARTINS AVELINO	03	CLASSIFICADA	8,7	8º	03.05.1990
05	EVANDA MARIA CARVALHO MOREIRA	06	CLASSIFICADA	8,7	7º	27.01.1969
06	CATARINA MARIA VIEIRA ARAUJO	08	CLASSIFICADA	8,5	5º	25.11.1997
07	HELENE CARVALHO FILHO	07	CLASSIFICADA	7,9	8º	19.04.1995
08	ADARLY CAMPELO BOTELHO	09	CLASSIFICADA	7,6	7º	06.12.1977

JAICOS

	NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	NOTA	SEMESTRE	DATA DE NASCIM.
01	LUANA SOUSA SOBRINHO	001	APROVADA	9,4	6º	03.10.1996

PICOS

	NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	NOTA	SEMESTRE	DATA DE NASCIM.
01	AMANDA KELLY DA SILVA CARVALHO	002	APROVADA	9,4	6º	01.12.1995
02	LAILA ALVES DA SILVA	003	APROVADA	9,2	6º	14.06.1995
03	NEIDIANE MARTINS MENESES	006	CLASSIFICADA	9,0	8º	11.08.1994
04	ANA PATRICIA LEAL BORGES	001	CLASSIFICADA	8,7	5º	27.10.1996
05	LUCILA DE ALBUQUERQUE RIBEIRO	005	CLASSIFICADA	8,7	4º	13.03.1997
06	KENNEDY ANDERSON MOURA B DE ARAUJO	007	CLASSIFICADA	8,2	9º	27.06.1994

SIMÕES

	NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	NOTA	SEMESTRE	DATA DE NASCIM.
01	AYLLA FERNANDA DE CARVALHO SOARES	001	APROVADA	7,6	8º	22.01.1996

Andrea Melo de Carvalho
Defensora Pública
Presidente da Comissão

Of. 007

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 2 de junho de 2017 • Nº 103

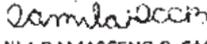
23

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

REFERENCIA: EXERCÍCIO 2016

PODER/ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2016					RESTOS A PAGAR NÃOPROCESSADOS 2016			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos			
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em 31 de dezembro de 2016 <Exercício Anterior>	Cancelados	Pagos	A Pagar
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ		67.687,47	288.984,97	4.634.741,41	0	2.077.836,29	807,31	107.404,10	
TOTAL									


IZABEL RODRIGUES DA SILVA
Coordenadora de Orçamento e Finanças


CAMILA DAMASCENO C. CASTELO BRANCO
Coordenadora de Controle Interno

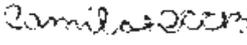

FRANCISCA HILDETE LEAL EVANGELISTA NUNES
Defensora Pública Geral

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

REFERENCIA: EXERCÍCIO 2016

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	
Caixa		Restos a Pagar Processados do Exercício	67.687,47
Bancos			
Conta Movimento	23.412,31		
C. Corrente 5.000-8 B.B	-		
C.C Convênio 9037-9	23.412,31	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	3.591.381,13	Outras Obrig Financeiras - OB transitos	
C.Apl. Fundo de Invest.	3.591.381,13	Outras despesas: ISS, INSS e IR a Recolher	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras			
SUBTOTAL	3.614.793,44	SUBTOTAL	67.687,47
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.547.105,97
TOTAL	3.614.793,44	TOTAL	3.614.793,44
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			2.077.836,29
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			1.469.269,68


IZABEL RODRIGUES DA SILVA
Coordenadora de Orçamento e Finanças


CAMILA DAMASCENO C. CASTELO BRANCO
Coordenadora de Controle Interno


FRANCISCA HILDETE LEAL EVANGELISTA NUNES
Defensora Pública Geral

Diário Oficial

24



Teresina(PI) - Sexta-feira, 2 de junho de 2017 • Nº 103

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

REFERENCIA: EXERCÍCIO 2016

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2016					RESTOS A PAGAR NÃOPROCESSADOS 2016			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos			
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				em 31 de dezembro de 2016	Cancelados	Pagos	A Pagar
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ		0,00				0,00			
TOTAL									

IZABEL RODRIGUES DA SILVA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAMILA DAMASCENO C. CASTELO BRANCO
Coordenadora de Controle Interno

FRANCISCA HILDETH LEAL EVANGELISTA NUNES
Defensora Pública Geral

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

REFERENCIA: EXERCÍCIO 2016

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	
Caixa		Restos a Pagar Processados do Exercício	0,00
Bancos			
Conta Movimento		De Exercícios Anteriores	0,00
C. Corrente 9873-6 B.B	-		
Aplicações Financeiras	178.397,29	Outras Obrig Financeiras - OB trânsitos	
C. Apl. Fundo de Invest.	178.397,29	Outras despesas: ISS, INSS e IR a Recolher	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras			
SUBTOTAL	178.397,29	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	178.397,29
TOTAL	178.397,29	TOTAL	178.397,29
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			178.397,29

IZABEL RODRIGUES DA SILVA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAMILA DAMASCENO C. CASTELO BRANCO
Coordenadora de Controle Interno

FRANCISCA HILDETH LEAL EVANGELISTA NUNES
Defensora Pública Geral



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD



**RESULTADO DA PROVA OBJETIVA
PROCESSO SELETIVO EDITAL NEAD/UESPI/UB Nº 005/2017**

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI, por intermédio da Coordenação de Projetos e Documentação do Núcleo de Educação a Distância - NEAD, no uso de suas atribuições legais, torna pública o (s) **RESULTADO DA PROVA OBJETIVA** do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TUTOR DE APOIO PRESENCIAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, referente ao EDITAL NEAD/UESPI/UB Nº 005/2017, mediante as condições estabelecidas no referido Edital.

POLO: BARRAS

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	ALCIDES DO REGO LAGES JÚNIOR	5,9
02	FRANCISCA DAS CHIAGAS GOMES DA SILVA	7,1
03	FRANCISCO HELTON DE ARAUJO OLIVEIRA FILHO	NÃO COMPARECEU
04	IVANEIDE LIMA DA SILVA	7,1
05	JANAÍNA DO NASCIMENTO DAMACENO	7,6
06	MARCILJO CARVALHO ARAGÃO	10,0
07	MARJA DA CONCEIÇÃO GOMES DA SILVA	7,6
08	MAURA DE CARVALHO IBIAPINA	NÃO COMPARECEU
09	MILTON DA PAZ ARAGÃO JÚNIOR	10,0
10	NOEMI KELLY DE OLIVEIRA CRUZ	8,8
11	TIAGO DE OLIVEIRA FREITAS	10,0

POLO: BOM JESUS

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	JORDELMA DE OLIVEIRA	10,0

POLO: CAMPO MAIOR

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	ANTONIA MARIA CEREJO DA SILVA	9,3
02	DALANA FERREIRA NERIS DE AGUIAR	7,3
03	MARALIZE GOMES SOUZA SAMPAIO	8,7
04	MARIA BEATRIZ DIAS COUTINHO	10,0
05	MARILLYA OLIVEIRA SOUSA	9,3

POLO: CORRENTE

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	DANILO LEONI GUEDES NOGUEIRA	10,0
02	DANYLIO ELCIO ROCHA LEBITE	NÃO COMPARECEU
03	ENILSON GLADIEL MIRANDA DE SOUSA	NÃO COMPARECEU
04	FABIA SOUSA NERI	10,0
05	JOÃO AZEVEDO DE SOUSA	8,7
06	JUSCELINO MOREIRA DA SILVA	10,0
07	MARIA DA CONCEIÇÃO MOURA ALVES	5,3
08	RAQUEL BARBOSA SILVA	4,0
09	ROMULO VARGAS LUSTOSA	10,0

POLO: ELESBÃO VELOSO

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	REGINA MARIA DE MIRANDA SOUSA	10,0

POLO: FLORIANO

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	ALBANO DA SILVA MELO JÚNIOR	8,7
02	GUILHERME DA SILVA MELO NETO	10,0

POLO: JAICÓS

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	ABDIAS PEREIRA ÚLTIMO	3,7
02	EDINA ARAUJO RODRIGUES OLIVEIRA	10,0
03	LAURA MARIA FEITOSA FORMIGA	6,4

POLO: PIRACURUCA

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	BRUNA MIKAELA FERREIRA DO NASCIMENTO	10,0
02	IVONETE FONTENELE DE CARVALHO	10,0
03	PERGENTINO AMORIM DE SOUSA	7,1

POLO: PIRIPIRI

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	AILTON CARVALHO ALCANTARA	9,4
02	DAVID DA SILVA RIOTINTO	9,4
03	SILVANA ALVES CARDOSO	10,0

POLO: SÃO JOÃO DO PIAUÍ

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	NILSON RODRIGUES DOS SANTOS	10,0
02	OSANA VIEIRA TAVARES	10,0

POLO: SIMÕES

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	MARCLENE MARIA DE MORAIS	10,0
02	GETULIO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR	10,0

POLO: TERESINA

ORDEM	CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO PROVA OBJETIVA
01	ABÍLIO NEIVA MONTEIRO	5,9
02	ANTONIO FERNANDO ABREU CARREIRA DE SOUZA	5,9
03	ANTONIO JORLAN SOARES DE ABREU	NÃO COMPARECEU
04	AURILENE SOARES DE SENA	8,2
05	CARLOS GUSTAVO IBIAPINA GOMES	NÃO COMPARECEU
06	CARMEN REGINA DOS REIS ANDRADE	7,1
07	EDUARDO NERY DE ALENCAR FREITAS	6,5
08	FRANCISCA EULÁLIA DE AMORIM FREITAS	NÃO COMPARECEU
09	FRANCISCA MARIA TEIXEIRA SOUSA	NÃO COMPARECEU
10	GABRIELA DE SOUSA SILVA RIOS	10,0
11	GRACIELE BARBOSA DA SILVA	5,3
12	JAUDREIA RIBEIRO DA SILVA	NÃO COMPARECEU
13	JOÃO DA CRUZ SILVA	7,1
14	JORDÂNIA DE OLIVEIRA ALMEIDA	7,6
15	JUCILÉA RODRIGUES IBIAPINA	NÃO COMPARECEU
16	LAUDINEIA PONTES DOS SANTOS	NÃO COMPARECEU
17	LEIDIANE BRITO DE SOUSA	5,9
18	LIGIA FERNANDA VIEIRA BORGES	8,2
19	LUANA SAVANA NASCIMENTO DE SOUSA	6,5
20	MÁGNO VILA CASTRO JÚNIOR	NÃO COMPARECEU
21	MÁRCIA BETHANIA FREITAS BARBOSA	NÃO COMPARECEU
22	MARCOS PAULO VIANA FURTADO	8,2
23	MARIA DA CRUZ DE ALMEIDA ALVES	6,5
24	MARIA GIZELDA GOMES LAGES	6,5
25	MARIA GORETTI GOMES DE NEGREIROS	8,8
26	MARIA JAQUELINE MESQUITA	7,1
27	MARIELE OLIVEIRA LIMA SILVA	8,2
28	NATANAEL CAMPOS DA SILVA	7,6
29	ROSANGELA ANDRADE LIMA	7,6
30	ROSILENE REGO SANTOS SOARES	9,4
31	SÉRGIO ALCANTARA ALVES POTY	NÃO COMPARECEU
32	SUSANA FERNANDES DE SOUSA	5,9
33	THÁYSY LUANNA ROCHA SOUSA	8,8
34	WILMA AVELINO DE CARVALHO	NÃO COMPARECEU

Teresina, 01 de junho de 2017

Prof. Dr. Arnaldo Silva Brito
Diretor Geral NEAD
Presidente Comissão Geral



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA

Ofício 389/2017- GAB Teresina, 30 de maio de 2017.
 Ao
 Banco do Brasil
 Robert Stênio de Freitas Bandeira
 Gerente Geral
 Agência Setor Público Teresina

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira das contas vinculadas à **SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA** - CNPJ 06.553.531/0001-98, existentes em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., e as que venham a ser abertas, serão movimentadas conforme abaixo, sendo necessárias, sempre, duas assinaturas:

TITULARES:

- JANAINNA PINTO MARQUES – CPF 440.055.803-78 – Secretária
- DEUSVAL LACERDA DE MORAES – CPF 181.680.273-53 – Superintendente de Obras e Serviços
- CÉLIO AUGUSTO MACHADO – CPF 160.791.833-15 – Diretor de Unidade Administrativo- Financeiro
- MARIA DOS REMÉDIOS CARVALHO RODRIGUES – CPF 150.307.923-68 – Gerente Administrativo Financeiro

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PODERES
10	ABIR CONTAS DE DEPÓSITOS
20	RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
26	SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES
93	EFETUAR PAGAMENTOS/TRANSFERÊNCIAS, EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO
98	EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
99	CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
104	EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO
105	EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
124	SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
133	ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS

Atenciosamente,

JANAINNA PINTO MARQUES CÉLIO AUGUSTO MACHADO
 Secretária Diretor Administrativo-Financeiro

Of. 399

Paulo André Cardoso de Sousa, CPF nº: 779.113.773-91, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMAR, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental pelo prazo de validade (4 anos), de Piscicultura em viveiros escavados, da propriedade denominada Sítio Aldeia no município de Nazária-PI.

P. P. 22093

CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, CNPJ 06.652.911/0001-80, torna público que solicitou a SEMAR a expedição de autorização e Dispensa de outorga conforme a CERTIDÃO ESPECIAL DE REGULARIDADE AMBIENTAL - CERTAL por se enquadrar no DECRETO Nº 16.478 DE 11/03/2016, para o poço tubular existente na localidade CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, Rua sete, 225 (Atualmente Rua primeiro de junho, 225), Sub-bacia Baixo Parnaíba, Aquífero Poti-Piauí, no município de Miguel Alves-PI, Coordenadas: Latitude 04° 10 37" S e Longitude 42° 5340" W para reservar 4.320 m³ /ano para consumo Humano.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ, CNPJ 10.806.496/0013-82, torna público que solicitou a SEMAR a expedição de autorização e Outorga preventiva, referente a 01 (um) poço tubular a ser perfurado na localidade INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ, Travessa Sete de Setembro, S/N Sub-bacia do Canindé, Aquífero Cabeças, no município de São João do Piauí-PI, Coordenadas: Latitude 08° 21 40,03" S e Longitude 42° 15 7,8" W para reservar 7.200 m³/ano para consumo Humano.

P. P. 22097

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2016 e 2015

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas do
Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.
Canto do Buriti - Piauí

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, base para a elaboração das demonstrações financeiras, não é mais apropriada devido à inviabilidade do empreendimento por fatos alheios à sua responsabilidade. Conforme descrito na mesma nota explicativa, a Companhia possui também um processo administrativo em aberto junto à ANEEL, referente à revogação da outorga e aguarda apenas o desfecho deste processo administrativo para o encerramento de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, independentemente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6F-RJ

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	6.648	9.429
Certificado de crédito rural - Partes relacionadas	6	-	8.067
Impostos a recuperar		-	1
Outros ativos		3	9
		<u>6.648</u>	<u>17.506</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	34.393	30.164
Certificado de crédito rural - Partes relacionadas	6	8.067	-
Contas a receber com partes relacionadas	6	455	-
Imobilizado		143	65
		<u>43.058</u>	<u>30.229</u>
Total do ativo		<u>49.706</u>	<u>47.735</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	7	10	45
Obrigações sociais		22	27
Impostos a Recolher		53	80
Contas a pagar com partes relacionadas	6	-	66
Provisão para contingência	8	23.870	23.470
		<u>23.955</u>	<u>23.688</u>
Passivo não circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas	6	66	-
		<u>66</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	49.876	49.876
Prejuízos acumulados		(24.191)	(25.829)
		<u>25.685</u>	<u>24.047</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>49.706</u>	<u>47.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas operacionais e gerais e administrativas	11	(1.445)	(2.640)
Depreciação		(28)	(8)
Despesas com constituição de provisões	8	(400)	(23.470)
Outras receitas (despesas) operacionais		(7)	22
		<u>(1.880)</u>	<u>(26.096)</u>
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	12	(13)	(550)
Receitas financeiras		5.289	5.433
		<u>5.276</u>	<u>4.883</u>
Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social		<u>3.396</u>	<u>(21.213)</u>
Imposto de Renda	10	(439)	(425)
Contribuição Social	10	(166)	(161)
		<u>(605)</u>	<u>(586)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>2.791</u>	<u>(21.799)</u>
Quantidade de ações		50.000	50.000
Prejuízo por ação		0,0558	(0,4360)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>2.791</u>	<u>(21.799)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><u>2.791</u></u>	<u><u>(21.799)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a Integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>49.876</u>	<u>(15.866)</u>	<u>112</u>	<u>(4.142)</u>	<u>29.980</u>
Integralização de capital social	-	15.866	-	-	15.866
Redução da reserva de capital	-	-	(112)	112	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(21.799)	(21.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>49.876</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.829)</u>	<u>24.047</u>
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	(1.153)	(1.153)
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.791</u>	<u>2.791</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>49.876</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24.191)</u>	<u>25.685</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	2.791	(21.799)
Depreciações e amortizações	28	8
Juros provisionados e não pagos	-	217
Juros sobre aplicação financeira	(4.229)	(3.531)
Valor líquido de bens baixados	60	-
Provisão para contingência	400	23.471
Prejuízo ajustado	(950)	(1.635)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	1	209
Outros ativos	6	302
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(35)	(62)
Obrigações sociais	(5)	3
Impostos a Recolher	(27)	58
Caixa usada nas atividades operacionais	(1.010)	(1.125)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Certificado de Crédito Rural - CPR	-	(2.627)
Aquisição de imobilizações	(166)	(73)
Transações com partes relacionadas	(455)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(621)	(2.700)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio distribuído	(1.153)	-
Debêntures a pagar	-	(14.011)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(1.153)	(14.011)
(continuação)	2016	2015
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.784)	(17.836)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.429	27.261
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.645	9.425
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.784)	(17.836)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("Companhia" ou "Canto do Buriti") é uma sociedade por ações, que foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está situada na Fazenda Canto do Buriti Piauí, 141 km, nº 22, Zona Rural, município Canto do Buriti, estado do Piauí, cujo objeto social exclusivo é a geração e o suprimento ou comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração da usina termelétrica denominada UTE Canto do Buriti.

A Companhia participou e saiu vencedora do Leilão nº 06/2013 ("Leilão A-5") - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em 29 de agosto de 2013, tendo ofertado lance de R\$ 136,69 por MWh, para 1.191 lotes de energia. Em uma primeira etapa, pré-leilão, a Companhia ofereceu garantia de participação no valor aproximado de R\$ 4,7 milhões em favor da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Tal garantia foi, após o Leilão, substituída pela Garantia de Fiel Cumprimento, no valor aproximado de R\$ 23.400. Ambos os valores foram reconhecidos e reportados em seus respectivos exercícios.

Como decorrência do Leilão, foi publicado no Diário Oficial a autorização do Canto do Buriti pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da central geradora termelétrica denominada UTE Canto do Buriti, totalizando 150.000kW de capacidade instalada e 119.100kW médios de garantia física de energia, utilizando cavaco/resíduo de madeira como combustível.

Devido à impossibilidade de viabilização do empreendimento por fatos alheios à sua responsabilidade, no dia 30 de abril de 2015, a Companhia apresentou à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG) pedido de revogação de outorga da UTE Canto do Buriti com solicitação de liberação total da garantia de fiel cumprimento e isenção de penalidades regulatórias decorrentes da não execução do projeto. Informou, ainda, que não pretendia mais assinar os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs.

Por meio da Nota Técnica Nº 149/2015-SRM/ANEEL, de 13 de agosto de 2015, a Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado (SRM) prestou subsídios à SCG, concluindo pela necessidade de execução do valor integral da Garantia de Fiel Cumprimento, além da aplicação de penalidade de 10% do investimento declarado, prevista no item 16.1.2 do Edital, e da suspensão por dois anos do direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL, conforme previsto no item 16.1.3 do Edital.

Em 18 de setembro de 2015, a SCG analisou o assunto na Nota Técnica Nº 713/2015-SCG/ANEEL, concluindo pelo não reconhecimento dos excludentes de responsabilidade pleiteados, pela revogação da outorga da UTE Canto do Buriti e pela abertura de procedimento administrativo visando a execução integral da garantia de fiel cumprimento. Conforme relatado em sua NT, a SCG diverge da SRM quanto à possibilidade de aplicação das penalidades previstas no Edital do Leilão nº 06/2013 (A-5 de 2013).

Em 19 de outubro de 2015, o Processo nº 48500.005655/2013-92, foi distribuído, por conexão, ao Diretor da ANEEL, com vistas à apreciação do pedido de revogação da autorização da Usina Termelétrica - UTE Canto do Buriti.

Em 13 de julho de 2016, foi publicado Despacho nº 1.795/2016, que (i) indeferiu o pedido de revogação da autorização outorgada à Canto do Buriti, em face da não concordância com as condições apresentadas pela interessada de liberação total ou parcial da garantia de fiel cumprimento e isenção ou atenuação das penalidades regulatórias; e (ii) encaminhou à SCG a abertura de processo específico para fins de execução das garantias, com observância do contraditório e da ampla defesa, em razão do descumprimento pela Companhia das obrigações constantes na outorga e no Edital de Leilão nº 6/2013-ANEEL.

Em 11 de agosto de 2016, foi emitido Termo de Intimação nº 1.006/2016-SFG, que informou a Companhia quanto à abertura de processo administrativo, com a proposta de aplicação da penalidade de revogação da autorização para implantar e operar a UTE Canto do Buriti.

Em 01 de setembro de 2016, a Canto do Buriti apresentou sua manifestação ao Termo de Intimação nº 1.006/2016, não se opondo à penalidade de revogação de outorga a ser aplicada, desde que fossem respeitadas a legalidade e a consideração da natureza acatuetatória da execução da garantia de fiel cumprimento e de critérios de dosimetria na aplicação de multas no âmbito de eventuais processos especificamente instaurados com essas finalidades, em que os prejuízos deverão ser apurados e demonstrados previamente.

Em 06 de outubro de 2016, foi publicada Resolução Autorizativa nº 6.048/2016, que revogou a autorização da Usina Termelétrica - UTE Canto do Buriti, conforme Termo de Intimação nº 1.006/2016, em decorrência de descumprimento de obrigações por parte da Companhia.

Após a publicação da referida Resolução, foi inserida uma emenda na Medida Provisória nº 735/2016 possibilitando de uma "anistia de penalidades" a projetos com características semelhantes à UTE Canto do Buriti. A referida emenda determinava a ANEEL que fosse liberado o valor correspondente a 70% da garantia de fiel cumprimento aportada pelos agentes com dificuldades na realização de obras e que desejassem revogar sua outorga de autorização.

Nesse contexto, em 17 de outubro de 2016, a Canto do Buriti interpôs recurso contra a Resolução Autorizativa - REA nº 6.048/2016, para que a revogação ocorra somente após (i) a decisão quanto à execução da garantia de fiel cumprimento aportada; ou (ii) a manifestação da Canto do Buriti a respeito do novo regime para projetos de geração atrasados oriundos de Leilões de Energia que possivelmente trará a Lei que resultará do Projeto de Lei de Conversão 29/2016.

Em 07 de novembro de 2016, o processo foi distribuído ao Diretor Reive Barros dos Santos e se encontra na Diretoria desde 09 de novembro de 2016, aguardando julgamento do Recurso.



No entanto, na conversão da Medida Provisória nº 735/2016 para a Lei nº 13.360/2016, o Presidente da República vetou os dispositivos que trariam a possibilidade de “anistia”, com o seguinte fundamento:

O dispositivo poderia inviabilizar a renegociação de contratos do setor, bem como diminuir eventuais interesses pelo processo de alienação do controle acionário de empresas alcançadas pelo mesmo. Além disso, afronta o artigo 163, inciso III da Constituição, que reserva à lei complementar a disposição acerca de concessão de garantias pelas entidades públicas.

Nesse contexto, como não há possibilidade de anistia na forma do Projeto de Lei de Conversão, no momento estamos aguardando a tramitação do processo de revogação de outorga.

A Companhia mantém um monitoramento próximo do Processo, seja através de seus advogados externos, seja através de reuniões presenciais com o Diretor Relator do Processo na ANEEL e o Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL. Essas demonstrações financeiras não foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional e devem ser lidas nesse contexto.

Além do processo em aberto junto à ANEEL da revogação da outorga, supracitada, Companhia vem mantendo os investimentos já realizados em florestas de eucalipto e espécies nativas destinados à silvicultura e à produção de biomassa, com objetivo de identificar as variedades que mais se adaptem às regiões, além da definição das melhores técnicas de nutrição e manutenção de florestas a fim de obter os melhores resultados nas fazendas. Atualmente, o programa conta com aproximadamente 85 ha plantados, sendo 50 ha plantados em 2013 e 2014, 2 ha em 2014 e 2015 e 33 ha em 2015 e 2016. Portanto, a idade dos experimentos varia entre 2 a 3 anos.

Diante dos fatos descritos acima e em total aderência as determinações dos acionistas da Companhia a Administração cumpre o mandato de descontinuar com as operações da Companhia e aguarda apenas o desfecho do processo administrativo em aberto junto à ANEEL.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a Companhia no encerramento de suas operações e seus ativos e passivos foram reconhecidos e mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias nessa situação.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 22 de maio de 2017.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

a. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente ou anualmente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de partes relacionadas. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e com partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

d. Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como

sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 2016 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 2015 a Companhia determinou a constituição de provisão para perdas no valor equivalente à Garantia de Fiel Cumprimento, ou seja, R\$ 23.470 mil referente ao processo de revogação da outorga junto a ANEEL, ainda que tal processo não constitua uma discussão jurídica, mas sim corra em âmbito administrativo na ANEEL. Essa saldo permanece registrado no passivo da Companhia.

f. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

g. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial

Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de

instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	56	39
Aplicação financeira	6.585	9.390
Total	6.641	9.429

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em certificações de depósitos bancários- CDB com rendimento de 98,72% e operações compromissadas com rendimento de 101,5% do CDI.

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia e são efetuadas com bancos primeira linha.

5 Títulos e valores mobiliários

Essas aplicações estão aportadas como garantia de cumprimento em benefício da CCEE (Comissão de Comercialização de Energia Elétrica) a parte das obrigações assumidas no leilão A-5 2013.

Tais aplicações, bem como os rendimentos provenientes das mesmas, deverão ser mantidas em conta vinculada até o resultado do processo de outorga junto à ANEEL.

Referem-se a Letras Financeiras do Tesouro Nacional as seguintes características:

Título:	LFT 210100	
Emissor:	Secretaria do Tesouro Nacional MF	
Emissão:	18/07/2014	
Vencimento:	01/09/2020	
Remuneração:	SELIC 100	
Quantidade:	4.074	
	2016	2015
Valor das P.U	R\$ 8.442,11	R\$ 7.404,03
Valor aplicado	R\$ 26.317.436,01	R\$ 26.317.436,01
Valor atualizado	R\$ 34.393.166,44	R\$ 30.164.004,17

6 Transações com partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Ativo		Passivo	
	Certificado de Produção Rural		Mútuo com controladores	
	2016	2015	2016	2015
SGE - Sociedade Gestora de Energia S.A.	-	-	28	28
AEP Agrícola S.A.	8.067	8.067	-	-
Agro Energia Piauí S.J	455	-	38	38
	8.522	8.067	66	66

O Conselho de Administração, em 22 de agosto de 2015, considerou interessante a oportunidade de investir o caixa excedente em operações de suas operações em um ativo emitido por empresa coligada, com lastro em ativos (soja) e garantias reais (terra).

Essa operação venceu em maio de 2015 e está em operação.

b. Mútuo com partes relacionadas

Em 23 de março de 2016, a Companhia celebrou um mútuo com a empresa Agro Energia Piauí S.A., nas seguintes condições:

- Valor nominal unitário: R\$455
- Prazo de pagamento: 12 (doze) meses
- Data de vencimento: 23/03/2017
- Forma de pagamento: parcela única na data do vencimento
- Juros e encargos: incidência de apenas IOF

Não existem transações com partes relacionadas de natureza física dos sócios.

7 Fomecedores

Referem-se, principalmente, a serviços prestados por fornecedores nacionais e despesas relacionadas às atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas ao projeto Canto do Buriti.



8 Provisão para contingência

Seguindo a orientação do advogado externo da Companhia Diretoria da Companhia manteve a constituição de provisão para perdas no valor de R\$ 23.470 mil acrescido do pagamento dos honorários de êxito do advogado.

	2016	2015
Provisão para Contingência	23.870	23.470
Total	23.870	23.470

A posição de defesa da aplicação da menor penalidade possível e liberação do maior valor possível da garantia de fiel cumprimento, levou em consideração:

- (i) As circunstâncias do caso concreto (desistência do projeto em tempo de alocação de energia em um Leilão A-3 e sobre estrutura de geração SIN) que merecem tratamento diferenciado por parte do regulador;
- (ii) A natureza acatulatoria da garantia de fiel cumprimento;
- (iii) Limitação legal de penalidades setoriais a valor do investimento.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de R\$50.000 mil, dividido em 50.000 mil ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, estando assim distribuído:

	2016	2015
	Número de ações	Número de ações
Agro Energia Piauí S/A	800	800
Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento	49.200	49.200
Total	50.000	50.000

Cada ação ordinária concede o direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

A Gestora Triscorp detém o direito de aquisição de até 20% do número total de ações da Cant do Buri Bioeletricidade S.A. via bônus de subscrição. O valor unitário de cada nova ação a subscrita pela Triscorp será de R\$ 0,016. Essa opção foi exercida até 31 de dezembro de 2016.

b. Destinação legal do lucro líquido do exercício

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apurou um lucro no valor de R\$2.791, que foi integralmente absorvido pelos lucros acumulados de períodos anteriores.

c. Distribuição de juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2016, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$970 mil calculado na data base julho/2016 e foram pagos integralmente em 21 de setembro de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2016, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$183 mil, calculado na data base novembro/2016 e foram pagos integralmente em 23 de dezembro de 2016.

	Julho	Novembro	Total
JSCP a distribuir	970	183	1.153
JSCP por ação	0,0193884	0,0036611	0,0230502

	Ações		Total		
	(milhares)	%	Julho	Novembro	Total
ACIONISTAS					
Agro Energia Piauí S.A	800	1,60%	16	3	19
Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimentos	49.200	98,40%	954	180	1.134
Total	50.000	100%	970	183	1.153

10 Imposto de renda e contribuição social

Resultado de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas nominais efetivas para os exercícios de 2016 e 2015 são apresentados a seguir:

	2016	2015
	34%	34%
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	3.396	(21.213)
Adições e exclusões ao cálculo do imposto de renda e da contribuição social		
(+) Despesas não dedutíveis	400	23.774
(-) Exclusão JSC	(1.153)	-
(-) Outras deduções	(793)	(769)
Lucro Real e base de cálculo de IR e C	1.850	1.794
Imposto de renda à alíquota de 15%	278	266
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%	161	156
Contribuição social à alíquota de 10%	166	161
Despesa de imposto de renda e contribuição social	605	586
Alíquota efetiva sobre o resultado antes dos impostos	17,82%	-2,76%

11 Despesas operacionais e gerais e administrativas

	2016	2015
Despesas com P&D	(39)	(581)
Serviços de terceiros	(32)	(405)
Despesas com viagem	(3)	(54)
Insumos e fretes	(4)	(122)
Despesas com Fazenda	(610)	(833)
Serviços prestados e contratados (b)	(378)	(420)
Salários e encargos sociais (c)	(99)	(84)
Despesas com veículos e maquinários	(53)	(91)
Energia, Internet e Telefone	(17)	(41)
Material de uso e consumo e gastos c/ infraestrutura	(14)	(43)
Licenças e Taxas	-	(68)
Outros gastos	(49)	(86)
Despesas Gerais e Administrativas	(796)	(1.226)
Salários e encargos sociais	(185)	(108)
Serviços de terceiros (d)	(258)	(719)
Impostos, Taxas e Contribuições	(249)	(169)
Viagens e estadias	(45)	(73)
Outros gastos	(59)	(157)
Total	(1.445)	(2.640)

- (a) Na reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2016, foi aprovado o orçamento contemplando apenas a manutenção dos plantios existentes, os quais totalizam 85 hectares, partindo-se da estratégia de redução das despesas com intenção de manter os investimentos já realizados. Sendo assim, a partir de 2016 os contratos com consultores florestais foram cancelados justificando assim a variação nas despesas com o programa de P&D.
- (b) Equipe operacional alocada na fazenda para manutenção dos plantios existentes de eucalipto.
- (c) Contratação do Gerente Florestal para supervisão dos investimentos já realizados.
- (d) Refere-se a serviços contábeis, auditoria, engenharia e assessoria financeira. A redução das despesas quando comparada com 2015 é explicada devido à contratação de serviços de engenharia e advocacia.

12 Resultado financeiro, líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	5.287	5.433
Outros	2	-
	<u>5.289</u>	<u>5.433</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(2)	(230)
Imposto sobre operações financeiras	(9)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(320)
	<u>(13)</u>	<u>(550)</u>
	<u>5.276</u>	<u>4.883</u>

13 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.645	6.645	9.429	9.429
Titulos e valores mobiliários	34.393	34.393	30.164	30.164
Mútuos com partes relacionadas	455	455	-	-
Certificado de Produção Ru- CPR	8.067	8.067	8.067	8.067
	<u>49.560</u>	<u>49.560</u>	<u>47.660</u>	<u>47.660</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	10	10	45	45
	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>45</u>	<u>45</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não realizou investimentos mantidos até o vencimento. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxa de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação a suas obrigações, seja para a sua posição de disponibilidades.

b. Risco de liquidez

A parcela dos recursos da Companhia aplicada em CPR está exposta a baixa ou inexistente demanda e negociabilidade destes títulos. Nestas condições, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em liquidar ou negociar estes títulos no preço e prazo pactuados e, conseqüentemente, estará sujeita a perdas financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 a

Companhia estima que não haverá perdas quando do resgate dos Certificados de Produção Rural - CPRs, já que a devedora está em fase de liquidação e conseqüentemente irá alienar seus ativos que dará condições para quitação dos passivos existentes.

c. Risco de crédito

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

A parcela dos recursos da Companhia aplicada em CPR está sujeita ao risco de crédito da emissora destes títulos, isto é, existe a possibilidade de atraso e/ou não recebimento do valor aplicado nesses ativos. Caso ocorram esses eventos, a Companhia poderá (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) eventualmente, sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e (iii) ter de provisionar a desvalorização do ativo.

d. Risco de mercado

O retorno das CPR está atrelado ao preço da saca de soja no mercado à vista, sendo que a ocorrência de flutuações de mercado, nacionais e internacionais, podem afetar o preço da soja e, conseqüentemente, causar oscilações da CPR, podendo resultar em ganhos ou perdas para a Companhia.

d.1 Risco da taxa de juros

O risco inerente da taxa de juros das aplicações financeiras surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas taxas de juros. A política de aplicações financeiras indexadas ao CDI mitiga parcialmente este efeito. Devido ao baixo risco associado as análises de sensibilidade não são representativas.

1 Eventos subsequentes

Com relação ao processo junto a ANEEL, a Companhia em 9 de fevereiro de 2017 recebeu o Ofício 115/2017-SCG/ANEEL, que solicitou a sua manifestação em relação à possibilidade de execução da garantia de fiel cumprimento e de aplicação das penalidades do Edital. A Companhia se manifestou na linha dos diversos documentos protocolados anteriormente, no sentido de que, no caso concreto, não seria cabível a execução da garantia e nem a aplicação de outras penalidades. Até o presente momento, a SCG/ANEEL não se pronunciou acerca da manifestação da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, com base em aprovação prévia do Conselho de Administração na mesma data, a Companhia celebrou um contrato de mútuo com a empresa Agro Energia Piauí em 09 de março de 2017, a, nas seguintes condições:

- Valor nominal unitário: R\$633
- Prazo de pagamento: 12 (doze) meses
- Data de vencimento: 09/03/2018
- Forma de pagamento: parcela única na data do vencimento
- Juros e encargos: há incidência de apenas IOF

* * *

Composição da Administração

Gabriela Laba
Diretora Administrativa

Ronaldo Tristão
Diretor Operacional

Responsável técnico

Ronaldo Francisco dos Santos
Contador CRC-RJ080.719/0-1

P.P. 22094



AEP Agrícola S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

AEP Agrícola S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar – centro/RJ
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas do
AEP Agrícola S.A.
Alvorada do Gurgueia - Piauí

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AEP Agrícola S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AEP Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras que descreve que o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, base para a elaboração das demonstrações financeiras, não é mais apropriado devido à inviabilidade dos projetos inicialmente propostos. A administração está em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-61-RJ

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente caixa	4	101	165
Contas a receber		205	202
Estoque	7	92	1.594
Tributos a recuperar		28	106
Outros ativo		15	32
Total do circulante		441	2.099
Ativo não circulante			
Contas a receber partes relacionadas	5	1.747	1.371
Propriedades para investimento	8	33.498	-
Imobilizado	9	26.928	60.898
Total do não circulante		62.173	62.267
Total do ativo		62.614	64.366

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		17	2
Obrigações trabalhistas e sociais		4	2
Tributos a recolher		1	2
Outras contas a pagar		2	-
Empréstimos partes relacionadas	5	10.167	11.826
CPRs partes relacionadas	5	8.067	13.418
Total do circulante		18.258	25.249
Passivo não circulante			
Notas promissórias partes relacionadas	5	6.036	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	14.358	14.358
Provisão para perdas investimento	6	2.657	2.271
Total do não circulante		23.049	16.629
Patrimônio líquido			
Capital social	12	21.488	21.488
Ajuste de avaliação patrimônio		27.862	27.862
Ajustes acumulados de conversão		399	-
Prejuízo acumulado		(28.434)	(26.850)
Total do patrimônio líquido		21.312	22.499
Total do passivo e patrimônio líquido		62.614	64.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida			
	13	744	541
Custos dos produtos vendidos			
	7	(1.616)	(1.008)
Prejuízo bruto		(872)	(467)
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com fazenda	14	(521)	(4.251)
Depreciação		(416)	(427)
Outras receitas (despesas) líquidas	15	(793)	(2.944)
		(1.730)	(7.622)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(785)	(1.346)
Resultado antes do resultado financeiro		(3.387)	(9.435)
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	16	(2.866)	(4.896)
Receitas financeiras		4.671	369
		1.805	(4.527)
Prejuízo do exercício		(1.584)	(13.962)
Quantidade de ações em circulação			
Prejuízo por ações	12	16.701	16.701
		(0,0948)	(0,8357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(1.584)	(13.962)
Ajustes acumulados de conversão	399	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(1.185)	(13.962)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	15.984	27.864	-	(12.888)	30.960
Aumento de capital social	5.500	-	-	-	5.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.962)	(13.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.484	27.864	-	(26.850)	22.498
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.564)	(1.564)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	399	-	399
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.484	27.864	399	(28.414)	21.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo antes dos impostos	(1.584)	(13.962)
Valor residual de venda de imobilizad	65	-
Depreciações e amortizações	414	427
Resultado de equivalência patrimonial	78	1.34
Perda por recompra ou confissão de dívida das CPF	82	3.07
Perda pela não realização de câmbio	-	1.77
Juros provisionados e não pagos e variação cambial não realizada	(1.799)	4.52
Prejuízo ajustado	(1.291)	(2.811)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3)	(202)
Adiantamento de fornecedor	-	5
Transações com partes relacionadas	(376)	24
Estoque	1.50	(1.594)
Ativos biológicos	-	2.60
Impostos a recuperar	78	(106)
Outros ativos	17	(32)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedor	15	2
Obrigações sociais	2	1
Impostos a recolher	(1)	2
Outras contas a pagar	2	(28)
Caixa usado nas atividades operacionais	(55)	(2.137)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizad	(9)	(468)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(9)	(468)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos com partes relacionadas	-	2.62
Pagamento de empréstimos partes relacionadas	-	(5.50)
Aumento de capital social	-	5.50
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	2.62
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(64)	22
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16	143
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	101	165
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(64)	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A AEP Agrícola S/A ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de janeiro de 2014, focada no desenvolvimento de atividades agrícolas, com sua sede social na Fazenda Novo Horizonte, Rodovia Transcerrado, na cidade de Alvorada do Gurgueia, estado do Piauí.

A Companhia tem prazo indeterminado de duração e teve 99,99% de suas ações adquiridas pelo Fundo de Investimento em Participações Triscorp Ativos Florestais que é seu acionista controlador.

Os investimentos da Companhia realizados nos últimos anos resultaram em 5.168 hectares de área aberta, sendo 2.048 hectares com restrições fundiárias e 1.741 hectares de área arável, sendo 681 hectares com restrições fundiárias.

A Companhia detém 100% de uma companhia no exterior denominada AEP Overseas, sendo uma sociedade limitada e localizada na Palm Chamber, 197 Mais street, P.O. Box 3174, Road Town, Tortola, British Virgin Islands, constituída em 03 de maio de 2013 pela AEP S.A que foi incorporada em janeiro de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 1.584 (R\$ 13.962 em 31/12/15) e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 17.818 (R\$ 23.148 em 31/12/15).

Dada a decisão de descontinuar os projetos, em virtude da inviabilidade dos empreendimentos por fatos alheios à sua responsabilidade, tais como fatores climáticos, cenário econômico no Brasil, disputas fundiárias e desejo dos cotistas em descontinuar os investimentos, a Administração coloca seus esforços no sentido de buscar o melhor caminho para desmobilizar seus ativos, em aderência às diretrizes do FIP TAF. A Companhia não possui geração de fluxo de caixa operacional positivo e encontra-se em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação condicionado à venda de suas áreas e/ou ações. Essas demonstrações financeiras não foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional e devem ser lidas nesse contexto.

Para suportar o processo de desmobilização e apuração do valor de mercado das áreas da Companhia, foi contratada a empresa CBRE para realização do laudo técnico. O valor de mercado encontrado leva em consideração as restrições fundiárias de parte das áreas.

Paralelamente a Companhia também busca produtores rurais interessados em firmar contratos de arrendamento de curto prazo para as áreas já preparadas para plantio.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a Companhia em liquidação e seus ativos e passivos foram reconhecidos e mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias nessa situação.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a Companhia no encerramento de suas operações e seus ativos e passivos foram reconhecidos e mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias nessa situação.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 26 de maio de 2017.

a Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

3 Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os valores apresentados são oriundos da transferência do ativo biológico ao seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data de corte.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa que incluem depósitos bancários, com risco insignificante de mudança de valor e contas a receber.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

d. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja e milho, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

e. Propriedade para investimento

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído e representa as propriedades mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital ou ambas.

f. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído, deduzido da depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota 9. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

g. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado - Impairment

A Companhia avalia periodicamente os bens das propriedades para investimentos e do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos

ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício ou na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no caso dos terrenos, até o limite do valor do custo atribuído reconhecido.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

h. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i. Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

j. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Administração da Companhia chama a atenção para as disputas fundiárias, porém entende que atualmente não tem como mensurar uma possível provisão para contingências.

k. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de qualquer desconto comercial, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas.



7 Estoques e custos dos produtos vendidos
A Companhia desenvolveu atividades de produção de milho para fornecimento a vários clientes. A colheita referente à safra 2014/2015 gerou um total de 28,5 mil sacas de milho. Ao longo de 2016 foram vendidas em torno de 17,5 mil sacas (15 mil sacas em 2015). O custo do plantio para a venda de 17,5 mil sacas foi de R\$ 1.594.

Nos meses de novembro e dezembro de 2016 a Companhia plantou 1.660 hectares de milho para produção de grãos. O valor de R\$92 mil refere-se aos gastos com a compra das sementes e os serviços terceirizados para o plantio com previsão de colheita em junho de 2017.

	2016	2015
Estoque	92	1.594
	<u>92</u>	<u>1.594</u>
	2016	2015
Custo plantio de milho safra 2014/2015	1.594	1.000
Outros custos	22	-
	<u>1.616</u>	<u>1.000</u>

8 Propriedades para investimento
No mês de dezembro de 2016, a Companhia contratou a empresa Peritos Judiciais para realizar um estudo de avaliação dos ativos da Companhia. O estudo baseou-se nos valores das propriedades da Companhia a partir do laudo técnico de avaliação patrimonial contratado junto a empresa CBRE na data base de outubro de 2016. A análise econômica do empreendimento foi realizada através do método de custo líquido (book value) e concluiu que o valor justo dos ativos em 31 de outubro de 2016 é de R\$ 84.172, conforme cálculo demonstrado abaixo:

	31/12/2016
(+) Valor dos ativos - Terra Nua	136.900
(+) Contas a receber	226
(-) Dívidas existentes	(17.494)
(-) Litígios fundiários	(35.460)
Valor justo	<u>84.172</u>

Após a conclusão do estudo, a Companhia decidiu retirar algumas Fazendas do grupo de Ativo Imobilizado para o grupo de Propriedades para investimentos, uma vez que a Companhia entende que não irá mais utilizar esses ativos para produção, conforme previsto inicialmente. Como o valor justo das fazendas apurado é superior ao histórico inicialmente reconhecido a transferência foi realizada pelo custo histórico, está acrescido do custo atribuído anteriormente reconhecido. As propriedades para investimentos estão descritas abaixo:

	2016
Fazenda Campo Alegre	1.437
Fazenda Brejo da Viola	320
Fazenda Campo Alegre	528
Fazenda Campo Alegre Baixo Gra	874
Fazenda Olho D'água	528
Fazenda Campo Alegre Lagoa Negra	533
Fazenda Lagoa Negra	6.922
Fazenda Piloto Lagoa Negra	891
Fazenda Lagoa Negra	1.456
Fazenda Mata Gran	178
Fazenda Lagoa Negra	3.206
Fazenda Olho D'água I	15.579
Fazenda Campo Alegre	212
Fazenda Campo Alegre Lagoa Negra	517
Fazenda Campo Alegre	318
	<u>33.499</u>

9 Imobilizado
Conforme informado na Nota 8, a Companhia transferiu algumas Fazendas para o grupo de Imobilizado para Propriedades para Investimentos mantidos na conta de imobilizado somente as Fazendas Novo Horizonte e Nova Alvorada, as quais a Companhia tem a intenção de produção ou arrendamento das áreas para gerar benefícios econômicos futuros.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos é calculada usando a vida útil econômica estimada dos bens, como segue:

Taxas de depreciação:

Imobilizado	Taxa
Benfeitoria	5 a 10%
Preparo de solo	5%
Máquinas Equipamentos	20%
Móveis e utensílios	10%
Outros	10 a 20%

A movimentação do imobilizado durante o exercício foi:

Custo					
Imobilizado	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixa	31/12/2016
Fazendas (1)	58.130	-	(33.499)	-	24.631
Benfeitorias/Preparo de solo (2)	2.601	-	-	-	2.601
Máquinas Equipamentos	883	-	-	-	883
Móveis e Utensílios	78	-	-	-	78
Veículos	215	9	-	(156)	68
Outros	87	-	-	-	87
	<u>61.994</u>	<u>9</u>	<u>(33.499)</u>	<u>(156)</u>	<u>28.348</u>

Depreciação acumulada					
Imobilizado	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixa	31/12/2016
Benfeitorias/Preparo de solo	(599)	(202)	-	-	(801)
Máquinas Equipamentos	(353)	(177)	-	-	(530)
Móveis e Utensílios	(9)	(3)	-	-	(12)
Veículos	(109)	(17)	-	91	(35)
Outros	(26)	(15)	-	-	(41)
	<u>(1.096)</u>	<u>(414)</u>	<u>-</u>	<u>91</u>	<u>(1.419)</u>
Total	<u>60.898</u>	<u>(405)</u>	<u>(33.499)</u>	<u>(65)</u>	<u>26.929</u>

Nota: Outras Imobilizações engloba: Almoxxarifado, alojamento, móveis e utensílios e Oficina.

Custo					
Imobilizado	31/12/2015	Adições	Baixa	31/12/2016	
Fazendas (1)	58.130	-	-	58.130	
Benfeitorias/Preparo de solo	2.154	447	-	2.601	
Máquinas Equipamentos	861	22	-	883	
Móveis e Utensílios	78	-	-	78	
Veículos	215	-	-	215	
Outros	87	-	-	87	
	<u>61.525</u>	<u>469</u>	<u>-</u>	<u>61.994</u>	

Depreciação acumulada					
Imobilizado	31/12/2015	Adições	Baixa	31/12/2016	
Benfeitorias/Preparo de solo	(404)	(195)	-	(599)	
Máquinas Equipamentos	(180)	(173)	-	(353)	
Móveis e Utensílios	(6)	(3)	-	(9)	
Veículos	(70)	(39)	-	(109)	
Outros	(8)	(18)	-	(26)	
	<u>(668)</u>	<u>(428)</u>	<u>-</u>	<u>(1.096)</u>	
Total	<u>60.857</u>	<u>41</u>	<u>-</u>	<u>60.898</u>	

- a) Esses terrenos foram adquiridos de acionistas da Companhia em 2010 (antes da deslocação), pela administração atribuído (leem o cópia) por entender que existiam diferenças significativas entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os respectivos valores justos, de acordo com o ICPC10 contratada a empresa Amaral D'vila Engenharia e Avaliação LTDA-EPP para efetuar a avaliação dos bens.
- b) Ao longo de 2015 a Companhia realizou investimentos em abertura de 2.060 hectares de terras para o desenvolvimento de atividades agrícolas e valorização das áreas. Não teve novos investimentos.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo
Representam tributos diferidos calculados sob o método do valor justo dos terrenos avaliados pela adoção do Custo Atribuído, de acordo com o ICPC10 e CPC 32.

Custo Atribuído Incorporação	42,21%
Alíquota de IR e C	34%
IR e CS Diferido	<u>14,35%</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	27,86%

11 Contingências
A Companhia não possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2016, visto não apresentar nenhum processo sob a ótica tributária, cível ou trabalhista a possibilidade de perda tenha sido considerada pela administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos provável. Adicionalmente não foram identificados processos, cuja expectativa de perda é considerada como possível pela Administração da Companhia e pelos seus consultores externos.

12 Patrimônio líquido

a. **Capital**
Em 28 de abril de 2015 houve aumento de capital da Companhia conforme Assembléia Geral Extraordinária no valor de R\$ 5.500 mil pela colação de 16.707.432 ações de Investimento em Participação e 1 subscritas por Ronaldo Gestas Tristão, seu representante legal.

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 16.707.433 ações ordinárias. Sentença 16.707.432 subscritas pela Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participação e 1 subscritas por Ronaldo Gestas Tristão, seu representante legal.

	2016		2015	
	R\$	Número de ações	R\$	Número de ações
Triscorp Ativos Floresta	21.48€	16.707	21.48€	16.707

A Gestora Triscorp detém direito de aquisição de 20% de ações do capital social da AEP Agrícola S.A., via bônus de subscrição, o valor unitário de cada nova ação será de R\$ 5,74 (cinco reais e setenta e quatro centavos), devendo ser atualizado pelo índice IPCA+ 6% apurado pro rata de até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da AEP Agrícola S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2016.

- b. **Ajuste de Avaliação Patrimonial**
Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da extinção dos ativos a que eles se referem.
- c. **Ajustes acumulados de conversão**
Representados pelo registro contábil da variação sobre investimento na controlada exterior AEP Overseas em atendimento ao CPC 08 e das mudanças na taxa de câmbio conversão das demonstrações financeiras.

d. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício.

e. Cálculo prejuízo por ação

De acordo com o CPC41, o cálculo de prejuízo por ação foi realizado pela seguinte divisão:

	2016	2015
Resultado básico por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(1.584)	(13.962)
Média ponderada de ações	16.707	16.707
Prejuízo básico por ação em reais	(0,0948)	(0,8357)

13 Receitas Operacionais

	2016	2015
Receita Operacional Bruta	849	613
Venda do Milho	709	395
Prestação de Serviços	14C	218
Deduções	(105)	(72)
Venda do Milho (a)	(92)	(34)
Prestação de Serviços e arrendamento (b)	(13)	(38)
Receita Operacional Líquida	744	541

(a) Incidência de ICMS.

(b) Incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços.

14 Despesas Gerais e Administrativas e Despesas com Fazenda

	2016	2015
Despesas Gerais e Administrativas		
Salários e encargos sociais	(25)	(23)
Serviços de terceiros (a)	(113)	(276)
Aluguéis e condomínios	-	-
Viagens e estadia	-	(67)
Outras despesas gerais administrativas (b)	(56)	(58)
Despesas com Fazenda		
Perda pela não realização de ativo	-	(1.774)
Serviços Prestados e Contratado	(2)	(867)
Manutenção de Veículos e Maquinários	(67)	(704)
Despesa Fundiária: (f)	(227)	(398)
Despesas Gerais	(31)	(84)
	<u>(521)</u>	<u>(4.251)</u>

(a) Engloba principalmente: contabilidade e auditoria.

(b) Engloba principalmente: despesas legais e judiciais, seguros, material de uso e consumo, dentre outros.

(c) Em 2015 foi contabilizado a perda reconhecida decorrente de adiantamento a fornecedor.

(d) Grande parte desta despesa em 2015 é referente à perda da fazenda a qual deu suporte para as atividades de abertura de 2060 hectares, colheita e armazenamento do milho na safra 14/15 e manutenção das fazendas. Em 2016 ocorreram atividades que envolviam a necessidade de contratação de serviços de terceiros.

(e) Atividades envolvidas em 2016: plantio de 1.660 hectares de milho para produção de grãos e manutenção das fazendas.

Atividades envolvidas em 2015: abertura de 2060 hectares, colheita e armazenamento do milho da safra 2015 e manutenção das fazendas.

(f) Engloba principalmente gastos que a Companhia possui em virtude das disputas fundiárias como por exemplo contratação de uma perícia e seu assistente para o levantamento do laudo pericial das áreas em litígio determinado pelo Juiz da Vara Agrária da Comarca de Bom Jesus, honorários advocatícios, dentre outros.

15 Outras receitas (despesas) operacionais

	2016	2015
Perda na Atualização das CPRs	(828)	(3.079)
Ganho na alienação de imóveis (b)	19	-
Outras receitas operacionais	16	135
	<u>(793)</u>	<u>(2.944)</u>

(a) Perda referente às CPRs do Ronaldo Giestas Tristão e Luciano Lustosa no momento em que as partes assinaram o Instrumento Particular de Confissão de Dívida em 2015.

(b) Ganho com a venda de dois veículos (Hilux e Fiat Strada).

16 Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Aplicações Financeiras	8	1
Variação cambial ativa (a)	4.663	368
	<u>4.671</u>	<u>369</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(316)	(335)
Variação cambial passiva	(2.214)	(4.557)
Juros sobre notas promissórias	(337)	-
Despesas bancárias	(1)	(4)
	<u>(2.868)</u>	<u>(4.896)</u>
	<u>1.803</u>	<u>(4.527)</u>

(a) Esta despesa/receita refere-se a variação cambial decorrente de crédito efetuado em moeda estrangeira (dólar) a AEP Overseas e aos contratos de confissão de dívida em PIS.

17 Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2016	
	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	101	101
Contas a receber - curto prazo	205	205
Contas a receber - partes relacionadas	1.747	1.747
	<u>2.053</u>	<u>2.053</u>
	2015	
	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	165	165
Contas a receber - curto prazo (a)	202	202
Contas a receber - partes relacionadas	1.371	1.371
	<u>1.738</u>	<u>1.738</u>

(a) Saldo a receber da venda do milho referente à safra 14/15 e parte do arrendamento. A Companhia está em negociação com os devedores para quitação com o IGPM + juros a partir de maio de 2016.

Os principais passivos financeiros da Companhia são os empréstimos garantidos ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Passivos financeiros		
Empréstimo - Partes relacionadas - Overseas	10.167	11.826
Empréstimo - Partes relacionadas - CPRs	8.067	13.415
Notas promissórias - Partes relacionadas	6.036	-
Contas a pagar	22	6
	<u>24.292</u>	<u>25.247</u>

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos ou estruturas estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, reafirmando assim o compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo líquido, seja para a sua posição de disponibilidades.



b. Risco de Mercado

Exposição do Risco da taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores reais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Conforme descrito na Nota 20, a Companhia possui empréstimos com partes relacionadas indexados em dólar.

A Companhia para fins de análise de sensibilidade a riscos de mercado, divulga como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando depreciação e apreciação do Real em relação às demais moedas em 25% e 50%.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Em R\$ Mil	31/12/2011				
	Provável	Alta (25%)	Alta (50%)	Baixa (25%)	Baixa (50%)
BRL X USD					
Notas promissórias	3,26	4,07	4,88	2,44	1,63
Empréstimos Overse	6,03	7,54	9,05	4,52	3,01
	10,167	12,69	15,25	7,61	5,08
	16,203	20,243	24,311	12,140	8,104

Em R\$ Mil	31/12/2011				
	Provável	Alta (25%)	Alta (50%)	Baixa (25%)	Baixa (50%)
BRL X USD					
Empréstimos Overse	3,5	4,8	5,8	2,9	1,9
	11,82	14,78	17,73	8,86	5,91
Total	11,82	14,78	17,73	8,86	5,91

Exposição do Risco da taxa de juros

O risco inerente da taxa de juros das aplicações financeiras surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas taxas de juros. A política de aplicações financeiras indexadas ao CDI mitiga parcialmente este efeito. Devido ao baixo risco associado as análises de sensibilidade não são representativas.

c. Risco de liquidez

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. A estratégia da Companhia para não incorrer com riscos de crédito é a negociação das dívidas existentes.

Composição da Administração

Ronaldo Giestas Tristão
Diretor Presidente

Gabriela de Andrade Laba
Diretora Financeira

Responsável Técnico
Ronaldo Francisco dos Santos
Contador CRC-080.719/O-1

P. P. 22095

Agro Energia Piauí S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Agro Energia Piauí S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas do
Agro Energia Piauí S.A.
Canto do Buriti - Piauí

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Energia Piauí S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, base para a elaboração das demonstrações financeiras, não é mais apropriado devido à inviabilidade dos projetos inicialmente propostos. A administração está em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	10
Tributos a recuperar	5	94	105
Adiantamento a fornecedor		-	27
Contas a receber partes relacionadas	12	-	38
Outro:		8	13
Total do circulante		108	193
Não circulante			
Investimento	6	411	384
Propriedades para investimento	7	56.310	-
Imobilizado	8	30	86.686
Total do não circulante		56.751	87.070
Total do ativo		56.859	87.263



Passivo	Nota	2016	2015
Circulante			
Fornecedores	10	2	76
Contas a pagar partes relacionadas	12	2.202	1.370
Obrigações sociais		15	19
Impostos a recolher		2	3
Empréstimos e financiamentos	9	4.063	3.295
Provisão para férias		21	-
Total do circulante		6.305	4.763
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	3.437	4.073
Tributos diferidos	11	14.139	24.491
Contas a pagar partes relacionadas	12	713	713
Total do não circulante		18.289	29.277
Patrimônio líquido			
Capital social	14	14.600	14.600
Ajuste de avaliação patrimonial		27.445	47.542
Outros resultados abrangentes		86	86
Prejuízos acumulados		(9.866)	(9.005)
Total do passivo e patrimônio líquido		56.859	87.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(218)	(253)
Despesas com fazer	16	(338)	(426)
Depreciação		(11)	(23)
Equivalência patrimonial	6	45	(307)
Perda no valor recuperável de ativos	7	(30.450)	-
Outras receitas operacionais líquidas	17	249	457
Resultado financeiro líquido	18	(30.723)	(552)
Despesas financeiras		(589)	(553)
Receitas financeiras		1	30
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social		(31.311)	(1.075)
Imposto de renda diferido		7.612	-
Contribuição social diferida		2.741	-
Prejuízo do exercício		(20.958)	(1.075)
Quantidade de ações		14.600	14.600
Prejuízo por ação	14	(1,4355)	(0,0732)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(20.958)	(1.075)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(20.958)	(1.075)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.600	47.542	86	(7.930)	54.298
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.075)	(1.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.600	47.542	86	(9.005)	53.223
Redução pela perda do valor recuperável	-	(20.097)	-	20.097	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(20.958)	(20.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.600	27.445	86	(9.866)	32.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo antes dos impostos	(31.311)	(1.075)
Valor residual de venda de at	(1)	-
Depreciações e amortizaç	11	23
Equivalencia patrimonial	(45)	307
Baixa de créditos não recuperáv	2	-
Perda no valor recuperável de at	30.451	-
Juros não pagos e variações cambiais não rea	587	550
Prejuízo ajustado	(307)	(195)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Adiantamentos a fornecedor	27	247
Contas a receber partes relacionad	38	-
Impostos a recuperar	11	22
Outros ativos	5	(6)
Aumento (redução) nos passivos operacion		
Fornecedores	(74)	3
Contas a pagar partes relacionad	832	(25)
Obrigações sociais	(4)	(43)
Impostos a recolher	(1)	(3)
Outras contas a pagar	-	(45)
Provisão para férias	21	-
Juros pagos	(455)	-
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	93	(45)
Atividades de investimento		
Compra de imobilizaç	(115)	-
Juros sobre capital próprio recebi	18	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimen	(97)	-
(continuação)		
	2016	2015
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(4)	(45)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exerc	10	55
Caixa e equivalentes de caixa no final do exerc	6	10
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(4)	(45)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agro Energia Piauí S.A. (“Companhia”), é uma companhia focada no desenvolvimento de atividades de reflorestamento, com sua sede social na Fazenda Toscana, que fica na PI 141 km 30, em Canto do Buriti – PI.

A Companhia tem prazo indeterminado de duração e teve 99,99% de suas ações adquiridas pelo Fundo de Investimento em Participações Triscorp Ativos Florestais que é seu acionista controlador.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, foi aprovada apenas a manutenção dos plantios existentes com intenção de preservar os investimentos já realizados.

Dada a decisão de descontinuar os projetos, em virtude da inviabilidade dos empreendimentos por fatos alheios à sua responsabilidade, a Administração coloca seus esforços no sentido de buscar o melhor caminho para desmobilizar seus ativos, em aderência às diretrizes do FIP TAF. A Companhia não possui geração de fluxo de caixa operacional positivo e encontra-se em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação condicionado à venda de suas áreas e/ou ações. Essas demonstrações financeiras não foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional e devem ser lidas nesse contexto.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a Companhia no encerramento de suas operações e seus ativos e passivos foram reconhecidos e mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Companhias nessa situação.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 22 de maio de 2017.

a Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

b Julgamento, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

3 Principais políticas contábeis

a Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais



dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa que incluem depósitos bancários, com risco insignificante de mudança de valor.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

c. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

d. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído, deduzido da depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota 6. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado

e. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e propriedade para investimento - Impairment

A Companhia avalia periodicamente os bens de propriedade para investimento e ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para

a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

h. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Administração da Companhia não identificou processos judiciais para reconhecimento de provisões para contingências ou divulgações nas notas explicativas

i. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de qualquer desconto comercial, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas.

j. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - corrente

A tributação sobre o lucro real compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

k. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

l. Resultado por ação

O resultado por ação é computado pela razão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações no exercício.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financeira

Instrument: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	-	4
Aplicações financeiras	6	6
Total	6	10

O caixa e equivalentes de caixa são utilizados habitualmente, para o pagamento de despesas de curto prazo da Companhia.

5 Impostos a recuperar

	2016	2015
INSS a recuperar (1)	91	105
IRRF a recuperar	3	-
Total	94	105

(1) Referem-se aos créditos de INSS gerados por pagamentos realizados pela Companhia maior em exercícios anteriores. A alíquota não calculada em cima do percentual de uma empresa rural, gerando assim o crédito.

6 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha 100% do capital social da companhia Cant do Buriti Bioeletricidade S.A..

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro líquido
Total	1,60%	49.706	49.876	25.684	2.791

Investida	Saldo em 31/12/2015	Resultado de Equivalência Patrimonial	Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2016
Total	384	45	(18)	411

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Prejuízo líquido
Total	1,60%	47.735	49.876	24.047	(21.799)

Investida	Saldo em 31/12/2014	Resultado de Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015
Total	691	(307)	384

7 Propriedades para investimento

A Companhia contratou a empresa de Peritos Justos para realizar um estudo de avaliação (ativo) dos ativos da Companhia. O estudo baseou-se nos valores das propriedades da Companhia a partir do laudo técnico de avaliação patrimonial contratado a empresa CBRE na data base de outubro de 2016. A avaliação econômica do empreendimento foi realizada através do método contábil (book value) e concluiu que o valor justo dos ativos em 31 de outubro de 2016 é de R\$ 48.909, conforme cálculo demonstrado abaixo

	31/12/2016
(+) Valor dos ativos - Terra Nua	56.310
(-) Dívidas existentes	(7.401)
Valor justo	48.909

Após a conclusão do estudo, a Companhia decidiu ajustar o saldo do valor justo dos ativos - Terra Nua do grupo de Ativo Imobilizado para o grupo Propriedades para Investimentos, uma vez que a Companhia encontra-se em fase de desativação e entende que não irá mais utilizar esse ativos para produção, conforme previsto inicialmente. Em contrapartida, a Companhia registrou uma perda na avaliação do valor justo no resultado do exercício no valor de R\$ 30.450. Consequentemente, o saldo da conta de Ativos de Avaliação Patrimonial foi reduzido contra a conta de prejuízos acumulados, bem como respectivos impostos diferidos.

	2016
Fazenda California	8.370
Fazenda Canto do Buriti	15.610
Fazenda Canaã	7.090
Fazenda Montebello	14.720
Fazenda Sertão Verde	2.210
Fazenda Toscana	8.310
Total	56.310

8 Imobilizado

A depreciação de outros ativos é calculada usando a taxa útil econômica estimada dos bens, como segue:

	Taxa de Depreciação %	2016	2015
Terrenos (1)	-	-	86.343
Florestas	-	-	7.128
Ajuste valor justo	-	-	(6.806)
Outros Ativos imobilizados	10 e 20	109	130
(-) Depreciação acumulada		(79)	(109)
		30	86.686

Movimentação do Imobilizado

Custo	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2016
Imobilizado					
Fazendas	86.343	-	(86.343)	-	-
Móveis e Utensílios	12	-	-	-	12
Máquinas e Equip. p/plantio	64	3	-	-	67
Veículos	38	21	-	(38)	21
Outras Imobilizações	16	-	-	(5)	11
Floresta	7.128	-	(7.128)	-	-
Ajuste a valor justo	(6.806)	-	6.806	-	-
Total	86.795	24	(86.665)	(43)	111

Depreciação acumulada

Imobilizado	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Móveis e utensílios	(6)	(1)	-	(7)
Máquinas e equip para plantio	(60)	(5)	-	(65)
Veículos	(33)	(4)	35	(2)
Outras Imobilizações	(10)	(1)	4	(7)
Total depreciação	(109)	(11)	-	(81)
Total	86.686	13	-	30

Nota: Outras Imobilizações engloba: instalação, esgoto, almoxarifado e oficina



9 Empréstimos e Financiamentos

As fontes de recursos são constituídas, basicamente, por captações efetuadas através de empréstimos bancários com banco de desenvolvimento regional e partes relacionadas.

Instituição Financeira	Taxa de juros		
	anual -%	2016	2015
Banco Nordeste do Brasil	8,50%	7.500	7.368
Total		7.500	7.368
Circulante		4.063	3.295
Não circulante		3.437	4.073

Os empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil são garantidos pela Companhia com a Fazenda Canto do Buriti.

Em 02 de fevereiro de 2016 venceu a parcela de R\$ 7,5 mil referente a 50% do saldo devido da operação nº56.2008.5348.2400/A900013301/001. A Companhia não quitou a parcela por estar em fase de renegociação da dívida e em 23 de março de 2016 o BNB considerou as seguintes condições: (i) amortização de 25% do saldo em atraso, no valor aproximado de R\$4 mil; (ii) carência de um ano para pagamento dos saldos em atraso; (iii) pagamento em três prestações anuais e sucessivas; e (iv) mesma sigla admitindo-se a possibilidade de reforço caso se verifique insuficiência de garantias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2016 foi aprovado o pagamento de 25% da parcela vencida (R\$455mil) posteriormente dar início a renegociação.

Em dezembro/2016 foi aprovada a regulamentação Poder Executivo da renegociação das dívidas de crédito rural junto ao BNB o qual a Fazenda Canto do Buriti Ltda se enquadrou. O BNB apresentou proposta para renegociação das dívidas oferecendo a tratativa para a Companhia pois postergaria o prazo do primeiro reembolso para o ano de 2021.

Como não ocorreu junto ao BNB a assunção da dívida a Companhia dependia da assinatura dos administradores da Fazenda Canto do Buriti Ltda para contratos de renegociação. Os mesmos se recusaram, o que impediu que a Companhia assinasse o plano de renegociação e procedesse com a devida regularização das dívidas.

Conseqüentemente face as questões acima enumeradas a Companhia não conseguiu quitar a parcela vencida e encontra-se inadimplente frente ao BNB referente apenas à operação nº56.2008.5348.2400/A900013301/001. Adicionalmente a função de diversos desentendimentos com o avalista e sócio da Fazenda Canto do Buriti Ltda, a Administração da sociedade vem empenhando todos os esforços necessários para resolver a questão, seja nos campos societários, administrativos e judiciais.

Os financiamentos possuem o seguinte cronograma de pagamentos sem levar em consideração renegociação:

	2016	2015
2017	4.063	-
2018	871	-
2019	2.566	4.073
Total	7.500	4.073

	2015	Amortização (-)	Juros incorridos	2016
Banco Nordeste do Brasil	7.368	(455)	587	7.500
Total	7.368	(455)	587	7.500

10 Fornecedores

Referem-se, principalmente, a serviços prestados e recebidos da Agro Energia Piauí S.A, estando assim composto:

	2016	2015
Fornecedores no país	2	76
Total	2	76

11 Tributos diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Representam tributos diferidos calculados sobre o valor justo dos terrenos avaliados pela adoção do Custo atribuído em conformidade com o ICP10 e CPC32.

Em virtude do estudo de avaliação dos ativos (Nota Companhia contabilizou uma reversão do IR e CS diferidos mediante a perda do valor dos ativos apurados.

	2016	2015
Custo Atribuído	114.248	114.248
Cisão	(42.215)	(42.215)
Custo Atribuído Remanescente	72.033 (30.449)	72.033
Provisão de perda a valor ju	34%	34%
Aliquota de IR e CS		
IR e CS Diferido	24.491	24.491
Reversão sobre a perda a valor justo	10.352	-
Saldo final	14.139	24.491
Ajuste de avaliação patrimonial	27.445	47.542

12 Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Ativo		Passivo	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber - Canto do Buriti Bioeletricidade	-	38	-	-
Mútuo - Canto do Buriti Bioeletricidade (a)	-	-	455	-
Contas a pagar - Credores por venda de imóveis	-	-	713	713
Contas a pagar - AEP - Agrícola (b)	-	-	1.747	1.370
Total	-	38	2.915	2.083
Circulante	-	38	2.202	1.370
Não circulante	-	-	713	713

(a) Em 23 de março de 2016, a Companhia celebrou um mútuo com a empresa Agro Energia Piauí, nas seguintes condições: (i) valor nominal unitário de R\$1.000,00; (ii) prazo de pagamento: 12 (doze) meses a partir da data de vencimento; 23/03/2017; (iv) forma de pagamento: única na data do vencimento; e (v) juros: não há incidência de nenhum tipo de encargo, incluindo remuneratórios e encargos moratórios.

(b) Ao longo de 2015 e 2016 a AEP S.A. recebeu e realizou pagamentos por conta e ordem da Companhia, que ao encontro de contas gerou um saldo a receber no valor de R\$1.747 mil.

a. Remuneração do pessoal - chave da administração

Conforme previsto no CPC 5.17, segue a descrição da remuneração dos administradores no exercício de 2016 e 2015:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Benefícios de Custo Pra	21	23
Total	21	23

13 Contingências

A Companhia não possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2016 e 2015, visto não apresentar nenhum processo seja na esfera tributária, cível ou trabalhista cuja possibilidade seja considerada relevante pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos especializados.

14 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 14.600.346 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de titularidade da Corp Ativos Florestais - Fundo de Investimento em Participações e 1 ação ordinária, sem valor nominal, de titularidade de Ronaldo Giestas Tristão.

	2016	2015
Número de ações		
Triscorp Ativos Florestais	14.600	14.600
Total	14.600	14.600

A Gestora Triscorp detém direito de aquisição de 20% de ações do capital social da Agro Energia Piauí S.A., via bônus de subscrição, oriundo de cada nova ação será de R\$ 7, devidamente atualizado pelo índice IPCA + 6% apurado até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da Agro Energia Piauí S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2016.

b. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são realizados ao resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que eles se referem. Em virtude do estudo de avaliação dos ativos da Companhia (Nota 7), a Companhia registrou uma perda de valor justo no montante de R\$30.450.

Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.542
Perda de ajuste a valor justo	(30.450)
IR e CS diferidos	10.353
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.445

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício.

d. Cálculo prejuízo por ação

De acordo com o CPC41, o cálculo de prejuízo por ação é realizado pela seguinte divisão:

	2016	2015
Resultado básico por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(20.958)	(1.075)
Média ponderada de ações	14.600	14.600
Prejuízo básico por ação - em Reais	(14355)	(0,0732)

15 Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Salários e encargos sociais	(25)	(23)
Serviços de terceiros	(106)	(179)
Legais	(18)	(23)
Viagens e estadias	-	(7)
Outras despesas gerais e administrativas	(69)	(21)
	<u>(218)</u>	<u>(253)</u>

16 Despesas com fazenda

	2016	2015
Salários e encargos sociais	(213)	(205)
Manutenção de Infraestrutura	(18)	(100)
Despesas Fundiárias	(96)	(83)
Outras despesas	(11)	(38)
	<u>(338)</u>	<u>(426)</u>

17 Outras receitas operacionais líquidas

Ao longo de 2016, aproximadamente 65% das despesas foram-se ao reembolso dos funcionários que a Agro Energia alocou no projeto P&D para manutenção dos plantios experimentais de eucalipto e que de acordo com o contrato de compromisso, a Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("CBB") garante reembolsar as despesas. Sendo assim, estas despesas não foram pagas diretamente pela CBB, e acabaram sendo reembolsadas posteriormente.

Na reunião do Conselho de Administração da CBB realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, foi aprovado o orçamento contemplando apenas a manutenção dos plantios existentes, os quais totalizam 85 hectares, partindo da estratégia de redução das despesas sem prejudicar os investimentos já realizados. Esta estratégia influenciou o tamanho da equipe alocada no projeto explicando assim a redução das despesas quando comparado com 2015.

As demais despesas que totalizam aproximadamente R\$36 referentes a baixa de fonecedor de exercícios passados.

18 Resultado financeiro, líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	-	30
Outros	1	-
	<u>1</u>	<u>30</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	-	1
Tarifas bancárias	(2)	(3)
Outras despesas financeiras (a)	(587)	(549)
	<u>(589)</u>	<u>(553)</u>
	<u>(588)</u>	<u>(523)</u>

(a) Refere-se aos juros incorridos nos empréstimos junto ao BNB.

19 Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria
A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	10	10
Contas a receber - Partes relacionadas	-	-	38	38
	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>48</u>	<u>48</u>

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 12)	2.915	2.915	2.083	2.083
Financiamentos	7.500	7.500	7.368	7.368
Fornecedores	2	2	76	76
	<u>10.417</u>	<u>10.417</u>	<u>9.527</u>	<u>9.527</u>

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos ou opções estruturadas com derivativos "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, reafirmando assim o compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo líquido, seja para a sua posição de disponibilidades.

b. Risco de crédito

A Companhia não possui exposição a risco de crédito em vista que não possui contas a receber.

c. Exposição do Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia não encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros não liquidados com pagamentos de caixa ou com outro ativo financeiro. De acordo com o cenário atual da Companhia, a mesma encontra-se em fase de liquidação condicionada de seus ativos e/ou ações.

d. Risco de Mercado

Exposição do Risco da taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de que a Companhia incorra em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores reais futuros ou aumentam valores capitados no mercado. A Companhia não está exposta a riscos cambiais.

Exposição do Risco da taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados aos juros em função dos empréstimos cujo risco inerente surge da possibilidade de existirem variações relevantes nas taxas de juros. A política de aplicações financeiras indexadas do BNB é parcialmente este efeito. Devido ao baixo risco associado, as análises de sensibilidade são representativas.

20 Eventos subsequentes

Em 09 de março de 2017, a Canto do Buriti Bioeletricidade celebrou um contrato de mútuo com a Companhia, nas seguintes condições:

- Valor nominal unitário: R\$633
- Prazo de pagamento: 12 (doze) meses
- Data de vencimento: 09/03/2018
- Forma de pagamento: parcela única na data do vencimento
- Juros e encargos: incidência de IOF apenas

Com o valor recebido do contrato de mútuo, a Companhia quitou a primeira parcela referente à operação B000076201 junto ao BNB com vencimento para 12 de março de 2017.

Composição da Administração

Ronaldo Giestas Trist
Diretor Presidente

Gabriela de Andrade La
Diretora Financeira

Responsável Técnico
Ronaldo Francisco dos Santos
Contador CRC- 080.719/O-1

P. P. 22096



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DA SAÚDE
Florentino Alves Veras Neto

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Limma

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaína Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luis Coelho da Luz Filho

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Fábio Núñez Novo

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Luzinaldo dos Santos Soares

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência

**TALVEZ VOCÊ
NÃO SAIBA, MAS É
UM SALVA-VIDAS.**

**O SANGUE QUE VOCÊ DOA,
SALVA A VIDA DE ATÉ 4 PESSOAS.**

UM ESTADO QUE CRESCE JUNTO COM SUA GENTE